



Anais da Assembleia

N. 87

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 73.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1.987
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados José Afonso Júnior e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (38). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, José Alves, Acyr Mezzadri, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Orlando Pestuti e Rafael Greca (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e irá proceder à verifica-

ção de votação.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

39 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação).

Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente, a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, que esta Liderança designou o Deputado Rafael Greca para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco Del Paraná.

Aproveito o ensejo, para renovar os protestos de minha estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI
Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para os seguintes Projetos de Lei:

N. 109/87 - "Associação Cooperativista - Trabalho em Obras Sociais - ACTOS" de Curitiba;

N. 114/87 - "Fundação do Bem-Estar do Menor - FUBEM" do Município de Guarapuava;

N. 130/87 - "Associação das Senhoras de Caridade", do Município de Cantagalo, e

N. 131/87 - "Sindicato dos Trabalhadores Rurais", do Município de Cantagalo.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 311/85, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade à Infância do Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 163/87, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em Regime de Urgência da proposta de extinção da aposentadoria de Governadores conforme a Mensagem n. 38/87 do Executivo, e, a imediata discussão e votação da Mensagem n. 58/87, que propõe a intervenção no Município de Mallet, também de iniciativa daquele Poder.

Sala das Sessões em 24.08.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja retirada da Ordem do Dia, por trinta sessões, o Projeto de Lei n. 67/84, em 1.ª Discussão, de autoria do Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a isentar a APAE, das taxas de água e energia elétrica com sede e foro na Comarca de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirada da Ordem do Dia, por trinta sessões, o Projeto de Lei n. 253/85, de autoria do

Deputado Ivan Gubert em 1.ª Discussão, que fixa em cinqüenta anos completos o limite de idade, para inscrição em concursos para ingresso o Serviço Público Estadual.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Evangelina Wendling Vargas, percorrido no dia 21 do corrente mês, em Ponta Grossa.

A extinta deixa viúvo o agropecuarista Horácio Vargas, com quem teve quatro filhos: Valderez, casada com Roberto Sérgio Rebello Valente; Vera, casada com Augusto Guilhermino Canto; Renato, casado com Eliane de Oliveira Vargas e Vânia, casada com Nilton Luiz Inthon Bueno.

Deixa ainda doze netos e cinco bisnetos.

Pessoa de relevante bondade, a falecida deixa uma grande lacuna entre seus familiares e amigos.

REQUEIRO que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhorita Elizete Terezinha Kmita, ocorrido na Cidade de Paula Freitas.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 22 anos, faleceu repentinamente na Cidade de Paula Freitas, a Senhorita Elizete Terezinha Kmita, funcionária da Prefeitura daquele Município.

Filha do saudoso Senhor Miguel Kmita, membro do Diretório Municipal do PMDB e de tradicional família daquela região.

O passamento repentinamente da Senhorita Elizete, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como entre seus colegas de trabalho e de todo o grande círculo de amigos da região.

A população de Paula Freitas chora premida pela dor, e a Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se ao luto que abalou a família Kmita, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando

do a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de saudades ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas pela passagem do 33º aniversário de seu falecimento.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família Vargas, por intermédio do Excelentíssimo Senhor governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Moreira Franco.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O povo brasileiro lembra com muita emoção o Presidente Getúlio Vargas. Há trinta e três anos o choro e o espanto tomavam conta de todo o País com a surpreendente notícia de que o grande brasileiro havia se suicidado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

Toda a existência de Getúlio Vargas foi vivida sob o selo da grandeza: grandes dedicações, grandes ódios, grandes acertos e grandes erros. Nada é pequeno nele. Ao se falar do menino de São Borja, que atingiu as culminâncias deste País, tem-se que julgá-lo fora dos padrões comuns, abstrair simpatias ou malquerenças, e encará-lo como algo de excepcional, como símbolo de uma era que, se não foi das mais brilhantes historicamente, permitiu pelo menos a adoção no Brasil de práticas sociais e a passagem do capitalismo liberal para o estágio em que é controlado e vigiado pelo Estado, em benefício do bem comum.

Era uma manhã fria, 24 de agosto de 1954, chegava ao fim uma vida brilhante, que comandou o Brasil durante quinze anos, como ditador, voltando para mais quatro anos, eleito pelo voto popular. Getúlio Vargas, pioneiro das leis trabalhistas, criador do Código de Minas, Código das Águas, PETROBRÁS, Volta Redonda, entre tantos outros, saía da vida para entrar na história, como ele muito bem escrevera na carta testamento, momentos antes de tomar o ato final. Nascido em São Borja (Rio Grande do Sul), a 19 de abril de 1883, abraçara a vida política tão intensamente que o seu governo estendeu-se como o mais longo da República.

Embora deposto pelos militares, que se esqueceram de cassar-lhe os direitos políticos, Vargas foi eleito Senador por dois Estados e Deputado por sete. Até 1950, permaneceu mais no Rio Grande do Sul, no exílio voluntário, onde o visitavam raros amigos. Um filho de um fazendeiro local, chamado João Belchior Marques Goulart, ca-

tivou-o com a presença constante numa época em que todos dele se afastavam. Começou a ligação de ambos nessa oportunidade.

Os políticos confundiram-se quando tiveram que eleger o sucessor de Dutra e o cetro voltou, finalmente, para Getúlio Vargas.

Mas o homem que tomou as rédeas do poder em 1951, depois de ter vencido o adversário tradicional de seu partido (Eduardo Gomes), era um homem diferente. Voltava mais gasto, mais sensível, mais solitário, porém desejoso de paz. A ingratidão de muitos deles havia atuado fundo no coração daquele homem, aparentemente frio. Sua preocupação nessa época voltava-se para o povo, como ele disse, publicamente e intimamente também.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja consignado em Ata da presente sessão, um profundo voto de pesar, pelo falecimento do Professor Faustino Livone, ocorrido neste último dia 20 do corrente ano, em Umuarama.

Da decisão desta Casa, Requer, ainda que seja dado ciência à família enlutada. (Rua Goiás n. 4881 - CEP - 87.500 - Umuarama - PR.).

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O extinto contava com cinqüenta e oito anos, deixando viúva a Senhora Laura Chipanski Livone, seis filhos e sete netos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado em Ata um profundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Rodrigues dos Santos, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, na Cidade de Maria Helena - PR.

O extinto deixou viúva a Senhora Neuza Rodrigues dos Santos, e três filhas, contava com 40 anos de idade.

Da decisão da Casa, Requer, ainda, que se dê ciência à família enlutada. (Rua Chácara da Prefeitura - CEP 87.480 - Maria Helena - PR.).

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de saudades ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira pela passagem do 11º aniversário de seu falecimento.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Senhora Sara Kubitschek.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 12 de setembro de 1902, nascia em Diamantina, Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, filho de João César de Oliveira e Dona Júlia Kubitschek de Oliveira.

Em dezembro de 1927, recebeu o diploma de médico pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte.

Chefe de Gabinete do Interventor Benedito Valadares, mais tarde Chefe da Casa Civil da Interventoria.

A 15 de abril de 1940, assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, onde destacou-se pelas grandes obras realizadas durante aquela gestão, entre as quais poderemos citar, algumas, prioritariamente: abriu dois terços das atuais avenidas e vias públicas; renovou e triplicou a rede de esgotos; duplicou o abastecimento de água; aperfeiçoou o cadastro Municipal e racionalizou seu funcionamento; ampliou todos os bairros e criou o Bairro da Cidade Jardim; urbanizou a Pampulha, incorporando-a ao complexo urbano; abriu as famosas radiais, ou bocas, ligando a cidade ao sistema rodoviário do Estado e transformando a Capital mineira numa grande metrópole, onde foi Prefeito até 1945.

A 02 de dezembro de 1945, foi eleito Deputado Federal, sendo o 2º candidato mais votado em Belo Horizonte e o mais votado em todo o Estado, sendo naquela ocasião o mais votado na Capital Mineira, Getúlio Vargas, que quase ninguém sabia que fora candidato.

Em 03 de outubro de 1950, foi eleito Governador de Minas Gerais, sendo sua posse a 31 de janeiro de 1951.

Eleito Presidente da República no pleito de 03 de outubro de 1955.

Construção de Brasília e mudança da Capital Federal - Pela Lei n. 3.273/57 de 1º de outubro de 1957, foi prevista a inauguração de Brasília para o dia 21 de abril de 1960, em homenagem ao martírio de Tiradentes. Aqueles que estiveram em Brasília naquele dia, não poderão esquecer o grande espetáculo que marcou um verdadeiro encontro e se constituiu numa autêntica apoteose. Foi realmente uma festa de caráter nacional e patriótico.

Finalmente, existiam outras realizações grandiosas: a Ponte Brasil-Paraguai; a indústria automobilística montada em

apenas dois anos; para orgulho de todos os brasileiros, o próprio Presidente Juscelino, no dia 31 de dezembro de 1957, atravessou a principal Avenida do Rio de Janeiro, dirigindo um automóvel inteiramente fabricado no Brasil.

Com o incremento de nossas exportações, sobretudo as de café, cujos resultados, naquele ano, haviam permitido que o Brasil desse a devida resposta ao Fundo Monetário Internacional, que na ocasião pretendia condicionar sua ajuda financeira à paralisação do processo de desenvolvimento nacional. O Presidente Juscelino rompera com o FMI, e todas as agências internacionais de financiamento haviam se fechado para o Brasil. No entanto, graças à política financeira executada pelo governo, conseguiu Juscelino saldar todos os seus compromissos, e era com satisfação que declarava aos brasileiros, naquele momento, que o Brasil não devia um dólar a nenhum credor em lugar algum do mundo.

Juscelino, o mais democrata governante, dirigiu a Nação sem ódio, sem perseguições ou vinganças, mas com perdão, otimismo, e, sobretudo com bondade, pois sabemos que Deus dá ao humilde a honra da vitória e como paga de tanto trabalho, o povo goiano, elegeu-o Senador por Goiás. Mas, para cúmulo da injustiça, foi cassado seu mandato de Senador. Foi castigado e igualado aos elementos subversivos, ele, o maior brasileiro de seu tempo.

Mas no fatídico dia 22 de agosto de 1976, perdeu sua preciosa vida em desastre automobilístico.

Jamais devemos nos esquecer do grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, inconfundível pelo seu otimismo à causa brasileira e às mais nobres ações pela sua bondade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, pela sua assunção ao elevado cargo de Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Paulo Munhoz da Rocha é um especialista em engenharia ferroviária e um ferroviário de carreira, tendo ingressado na Rede em 1960, como estagiário, em Curitiba.

Pelo seu talento profissional, pela dedicação e competência demonstrados, ocupou diversos cargos dentro da estrutura da empresa, chegando a Superintendente Regional Paraná/Santa Catarina, cuja posse está marcada para o dia 26 deste mês, quarta-feira.

Foi nessa função que o Governo Federal veio encontrá-lo para entregar-lhe o comando nacional da Rede Ferroviária Federal.

Paulo Munhoz da Rocha descende de uma das famílias mais ilustres e de maior tradição em nosso Estado, cujos membros deram a mais sobeja prova de trabalho incansável que serviu para ajudar a elevar o nome e o conceito do Paraná. Bastando citar seu pai, Caetano Munhoz da Rocha Neto, que desempenhou inclusive o cargo de governador do Estado.

Por isso tudo, acreditamos que o engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, também será mais um exemplo de orgulho para todos os paranaenses. E pela sua reconhecida competência profissional e elevado tirocínio administrativo, prestará um relevante serviço ao nosso país, dirigindo tão importante setor da vida nacional diretamente envolvido em segmentos da maior relevância, qual seja o transporte ferroviário e todo o ramal dele decorrente, principalmente no âmbito da produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações, a Senhorita Gisele Miró, ganhadora de Medalha de Ouro na modalidade Tênis, nos X Jogos Pan-Americanos.

REQUER, ainda, seja dado ciência à desportista do teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Mister salientar e aclamar a ocorrência de tal evento, já que temos a oportunidade de sermos testemunhas do fato de haver pessoas que não medem esforços para engrandecer a natureza humana, apesar dos sérios e quase intransponíveis obstáculos que lhe são colocados à frente. O que faz tais pessoas chegarem a tanto? Podemos dizer que é o espírito de luta existente nestas pessoas que as faz tão diferentes, abnegando de suas próprias necessidades para alcançarem a verdadeira conquista.

O verdadeiro desportista é aquele que não esmorece diante das dificuldades que lhe são apresentadas. E a Senhorita Gisele Miró é uma verdadeira desportista. Pois são públicos e notórios as enormes e variadas dificuldades pelas quais passa um

desportista em nosso País para poder entrar no rol dos renomados campeões nos Esportes. Gisele Miró está nesta luta desde tenra idade, embora, conhecendo igualmente os frutos advindos de tão árdua batalha. Aos doze anos de idade era bi-campeã brasileira de tênis e campeã sulamericana nesta modalidade. Contudo, o perfeccionismo exigido culminou e foi gloriosamente conseguido ao subir ao pódio para receber a Medalha de Ouro ao som do Hino Nacional.

Gisele Miró é mais um dos exemplos paranaenses para a Juventude Brasileira, pois lutou duramente, junto com seus pais, através do apoio destes - Joaquim e Gley Miró (grandes desportistas do passado), venceu com as devidas honras, mostrando no exterior o brilhantismo dos paranaenses. Com a conquista de mais uma medalha de ouro, vencemos todos nós, pois Gisele Miró é um dos exemplos de orgulho não somente para o Estado do Paraná, como para todo o Brasil. Porque é ela brasileira sabedora (apesar da pouca idade) da grande responsabilidade com que arcou, defendendo tão nobremente, através do seu amor pelo esporte, em particular ao Tênis, a condição de levar ao pódio a honra deste País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscrive, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Santo Antônio da Platina, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades e que dentro dos princípios de direito prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER também, que do presente, se dê conhecimento ao Ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamto: José Afonso Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações ao 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, pela brilhante vitória alcançada na 50ª Corrida do Facho, realizada nesta Capital, comemorativa à Semana do

Exército.

A Corrida de Facho é uma das mais tradicionais competições de nossas Forças Armadas e este ano completou meio século de existência.

Não só pela tradição que embasa e estimula a competição, mas também pelo esforço necessário para cobrir os 11 km da prova, a Corrida do facho é hoje a mais tradicional e valorizada prova no rol das competições esportivas militares, ressaltando assim os méritos do 5º GAC em vencer tão importante competição.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Comandante da 5ª Região Militar, ao Comando da Artilharia Divisionária 5, e ao Comandante do GAC para que leve ao conhecimento de todos os componentes daquele Grupo.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos Maçons, pelo transcurso do Dia Internacional do Maçon, comemorado na data de 20 de agosto.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência ao Grande Oriente do Estado do Paraná - Federação do Grande Oriente do Brasil - sito à Praça Zacarias n. 46, 2º andar, Caixa Postal n. 7842, Curitiba - Pr; à Grande Loja do Paraná, sito à rua Visconde do Rio Branco n. 1485, Caixa Postal n. 1363, Curitiba - Pr; ao Grande Oriente do Paraná, sito à Rua Comendador Macedo n. 39, 8º andar Curitiba - Pr; e à Ordem Maçônica Mixta Internacional "O Direito Humano", sito à rua Doutor Zamenhof n. 97, Alto da Glória, Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações, com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, aos profissionais da área de Corretagem de Imóveis, pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, que se comemora no dia 27 de Agosto.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor João Teodoro da Silva, mui digno Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Paraná - Avenida Marechal Deodoro n. 497, 8º andar Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, envio de voto de congratulações à população de Assis Chateaubriand, através do Prefeito Osvaldo Laghi, pelo 21º aniversário daquele progressista Município, que com seu desenvolvimento muito tem contribuído para o engrandecimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta Sessão, votos de congratulações pela brilhante comemoração dos sessenta anos de fundação da Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, no dia 22 transato, com a presença honrosa, entre outras autoridades civis e religiosas, dos Pastores Enoch de Oliveira, vice-presidente mundial dos Adventistas, e João Wolff, presidente para América do Sul.

Para comemorar essa festividade e como demonstração de reconhecimento ao grandioso trabalho que essa entidade vem desempenhando ao longo dos anos reuniram-se aproximadamente oito mil membros da referida Igreja, em um culto de ação de graças no Ginásio Chico Netto, em Maringá.

REQUER, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa, à referida entidade.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia do Fotógrafo.

É fundamental a importância da fotografia na divulgação e no registro dos acontecimentos, principalmente nos dias atuais, onde a visualização dos fatos torna mais compreensível e inquestionável o noticiado.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, com base no art. 134, § 1º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário,

conste da Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Ordem dos Advogados de Ponta Grossa e à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela realização do I Congresso dos Advogados de Ponta Grossa.

O evento ocorreu no período de 11 à 14 de agosto do fluente, no grande Auditório da Reitoria da UEPG.

A abertura solene foi efetuada pelo digníssimo reitor, Professor João Lubczyk e os temas abordados, dos mais importantes da atualidade, foram: "Aspectos Constitucionais do Exercício da Advocacia" - palestra proferida pela Dr. Antonio Tito Costa (advogado, Deputado Constituinte e Assessor/Consultor da Associação Brasileira e Associação paulista de Municípios e Membro da Academia Brasileira de Letras); "Alguns Aspectos da Nova Constituição" - conferência efetuada pelo Desembargador Otto Luiz Sponholz; "Inovações sobre a Aplicação da Pena" - palestra proferida pelo Professor Luiz Chemim Guimarães (membro do Ministério Público do Estado do Paraná e Procurador Geral da Justiça); e, "Direitos e Garantias no Sistema Criminal Brasileiro" - conferência proferida pelo Professor René Ariel Dotti (jurista e atual Secretário de Estado da Cultura).

O objetivo dos organizadores do referido Congresso, que obteve pleno êxito, foi atingir os acadêmicos da UEPG e os advogados de Ponta Grossa e das demais cidades da região.

O evento foi dos mais proveitosos e de real importância, merecendo seus mentores nossas sinceras congratulações pela iniciativa.

REQUEIRO, que cópia deste expediente seja encaminhado aos interessados.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor à tenista paranaense Gisele Miró, pela conquista, no dia de ontem, em Indianápolis, da medalha de ouro para o Brasil nos X Jogos Pan-Americanos.

É louvável a conquista do torneio feminino de tênis pela extraordinária tenista curitibana que, ao derrotar a colombiana na partida decisiva, deu ao Brasil mais um primeiro lugar naquela competição, aumentando o número de medalhas de ouro conseguidas e passando a ocupar a quarta posição na classificação geral dos X Jogos Pan-Americanos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de saudades ao inesquecível Presidente Getúlio Dorneles Vargas pela passagem do 33º aniversário de seu passamento.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A Nação Brasileira lembra com muita saudade o seu grande Presidente Getúlio Vargas. Há trinta e três anos o povo combatido e inconformado chorava com a surpreendente notícia de que o grande brasileiro havia se suicidado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do Governo.

Em uma manhã fria, de 24 de agosto de 1954 chegava ao fim uma vida brilhante, que comandou o Brasil durante quinze anos, voltando para mais quatro anos eleito pelo voto popular. Getúlio Vargas, pioneiro das leis trabalhistas, criador dos Institutos de Previdência Social, IAPI, IAPETEC, IAPC, que durante longos anos deram efetiva assistência médica e hospitalar ao trabalhador brasileiro, criador do código de Minas, Código das Águas, Petrobrás, Volta Redonda, entre tantos outros, saía da vida para entrar na história, como ele muito bem escrevera na carta testamento, momentos antes de tomar o ato final.

Nascido em São Borja (Rio Grande do Sul) a 19 de abril de 1883, abraçava a vida política tão intensamente que seu governo estendeu-se como o mais longo da República.

Toda a existência de Getúlio Vargas foi vivida sob o selo da grandeza, nada é pequeno nele. Ao se falar no menino de São Borja, que atingiu as culminâncias deste País, tem-se de julgá-lo fora dos padrões comuns, abstrair simpatias ou malquerenças e encará-lo como excepcional, como símbolo de uma era que permitiu a adoção no Brasil de práticas sociais e a passagem do capitalismo liberal para o estágio em que é controlado e vigiado pelo Estado em benefício do bem comum.

Em um breve relato da vida do grande estadista temos que a infância de Getúlio decorreu em São Borja, na fazenda "Triunfo", que era a propriedade da família. Entregue aos livros, tornou-se concentrado e sério. Gostava de participar das conversas de adultos já aos sete anos de idade. Pinheiro Machado, o grande caudilho, lembrou-o muitas vezes e foi profético, ao reparar na atenção do menino: "Vargas, esse menino irá longe: quem sabe se aqui não estará um dos futuros chefes da República,

o que tanto nos preocupa?". Com o furor da Revolução Federalista, seu pai o Cel. Manoel Nascimento Vargas resolveu não ficar indiferente. E empenhou-se nela com tal denodo que Floriano Peixoto concedeu-lhe a patente de General-de-Exército.

Getúlio Vargas fez seus estudos primários no Colégio particular do Professor Fabriciano Júlio Braga e já aí revelara qualidade de liderança e força de vontade. Após alguns anos, foi estudar em Ouro Preto, mas a permanência foi rápida. Retornando a São Borja, já o vemos, em 1898, como praça do 6º Batalhão de Infantaria, ali sediado, acaalentando um sonho de menino de se tornar soldado. Em 1899 já era 2º Sargento. O ambiente militar, porém numa época em que o exército não tinha suficiente formação profissional.

Desligado do Exército aos vinte anos, Vargas voltou à Faculdade de Direito de Porto Alegre, Bacharel quatro anos depois, voltou para São Borja, abstendo-se aí das lutas forenses. No outono de 1908 foi nomeado promotor quando da comarca de Porto Alegre.

Empossara-se Getúlio Vargas no cargo de promotor público, pouco depois, um sereiteiro suburbano de Porto Alegre agrediu, alta noite, um operário que voltava para casa. Revidando, o trabalhador feriu-o com um formão, um dos seus instrumentos de serviço, sendo por isso conduzido ao júri. Mas o promotor pediu a sua absolvição. Vargas fartou-se de requisitórios. No mesmo ano solicitou exoneração.

Aos vinte e sete anos de idade, em 1909, Getúlio estava inscrito na chapa dos Deputados à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul.

Poucas vezes indo à tribuna, mas, atuando eficazmente nas comissões, não é de admirar que Vargas fosse reconduzido à Assémbleia nas eleições seguintes. Mas para ser solidário a dois colegas que haviam renunciado ao mandato, ele também o fez, para não beneficiar-se dos afastamentos dos colegas.

Regressando de Porto Alegre, após a renúncia, Vargas não ficou indiferente ao quadro político. Seu escritório de advocacia era a sala onde seus correligionários iam buscar soluções para os problemas. Assim a Cidade levou-o mais uma vez à Assembléia dos Representantes para desta vez não haver mais afastamento da política, que seria a companheira, fiel e infiel, até a morte. Logo que assumiu a cadeira, foi indicado por Borges de Medeiros para ser líder da maioria republicana. Em 1922, o Partido Republicano escolheu-o para preencher uma vaga na Câmara Federal para o qual foi facilmente eleito.

Getúlio Vargas em menos de dois anos adquiriu a admiração o respeito de seus

Pares. Sua atuação primava pela firmeza, numa tolerância consciente. No plenário da Câmara, os discursos de Vargas, pronunciados com segurança, altivez e conhecimento, eram ouvidos e respeitados sem apartes. Dir-se-ia que sua figura estava por cima dos eventos e diferenças partidárias.

O ritmo ascensional de Getúlio não seria interrompido. Ministro da Fazenda em novembro de 1926, com sua posse esperaram-se os gaúchos para conseguir pela primeira vez a Presidência da República, até então feudo do eixo Minas-São Paulo.

Formada a Aliança Liberal, composta pelas situações dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, para se opor a política do "café com leite", da qual São Paulo, com a indicação de Júlio Prestes, outro paulista, se divorciara, Getúlio Vargas e João Pessoa compuseram a chapa que enfrentaria o situacionismo federal. Todavia, as alterações da ordem na Paraíba provocaram o assassinato de João Pessoa, dando-se a esse crime uma colaboração política inflamadora de ânimos revolucionários, embora originalmente não tivesse sido.

Vitorioso Júlio Prestes, como se previa, Getúlio Vargas, Antônio Carlos e Osvaldo Aranha reforçaram o aliciamento de revolucionários, conseguindo subtrair alguns da influência de Luiz Carlos Prestes, à época tentado pelo canto de sereia comunista. A revolução começou a 3 de outubro e findou com o golpe de 24 do mesmo mês, quando uma junta militar depôs, no Rio de Janeiro, a Washington Luiz guardando o poder para o candidato esbulhado nas urnas ou seja, Getúlio Vargas.

Iniciado o governo revolucionário, logo as preocupações se voltaram para São Paulo, onde João Alberto, bravo revolucionário, não contentava a ninguém como interventor. Acentuaram-se os puridos constitucionalistas, ao mesmo tempo em que ascendiam ao poder aos "tenentes", que desejavam um tempo maior de ação revolucionária, a fim de endireitar o País.

A primeira dificuldade realmente séria do Governo Provisório de Getúlio Vargas foi a Revolução Paulista, deflagrada para "apressar a reconstitucionalização do Brasil", segundo seus organizadores, e tachada de "reacionária" pelos adversários. Sustentaram os paulistas durante três meses a luta desigual e acabaram por aceitar a trégua proposta por Vargas. Diz-se que foi aí que Vargas, pela primeira vez, pensou suicidar-se, deixando um manifesto à Nação. De uma forma ou de outra, serviu a revolução para o aprazamento da data de 03 de maio de 1933 para a realização das eleições. A Assembléia Constituinte reuniu-se e a 16 de outubro de 1934 promulgava a nova Constituição Federal, sendo

eleito ainda Getúlio Vargas para exercer a presidência até 1938.

Muitos dos revolucionários de 1922 a 1930 desiludiram-se dos rumos da revolução e seguiram Prestes no desvio à esquerda. Valendo-se da Aliança Nacional Libertadora, organizada como dique à expansão do integralismo, que à época galvanizava as Forças Armadas sob a direção de Plínio Salgado, os comunistas organizaram um movimento de âmbito nacional para fazer ingressar o País nos rumos marxistas-leninistas. Na segunda quinzena de novembro, a insurreição estourou no Rio Grande do Norte, onde teve sucesso por algum tempo, estendendo-se, depois a Pernambuco - onde morreram setecentos e vinte revolucionários, só no centro de Recife - e ao próprio Distrito Federal, com os levantes do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação. Mas a ação de Vargas foi rápida e se diz até que tudo foi preparado subrepticamente por ele, para esmagar a esquerda.

A 10 de novembro de 1937, o Brasil mergulhava no Estado Novo, "no regime síntese das aspirações nacionais" ingressando Getúlio, ao mesmo tempo, num novo estágio de poder, que inicialmente, e acompanhando a maré mundial, voltou-se para um velado apoio ao facismo. Porém, os integralistas que tinham a intenção de estabelecer a ditadura, foram surpreendidos com o fechamento de todas as agremiações políticas, inclusive a sua, decidindo por isso, reagir ao sufocamento que lhes era imposto pela tática varguista. Desferiram um ataque ao Palácio Guanabara, a 11 de maio de 1938, juntamente com ações combinadas no centro da Cidade, para interromper as comunicações, mas a revolta falhou por falta de apoio de elementos comprometidos. Seria essa última reação a Getúlio até o final da segunda Guerra Mundial.

A decisão inicial de Vargas, de conservar-se neutro diante do conflito mundial, mudou de curso quando submarinos germânicos afundaram navios e mataram centenas de brasileiros. O Brasil entrou na guerra e as preocupações internas foram sobrelevadas, por três anos, pelas maiores da escala internacional. Quando, porém, a Força Expedicionária Brasileira retornou dos campos da Itália, coberta de glórias, a ânsia pela queda da ditadura cresceu de intensidade. Vargas, arguto, sentiu que o regime não duraria muito tempo. Consentiu que se marcassem as eleições e ele próprio estimulou o General Eurico Gaspar Dutra para concorrer com o Brigadeiro Eduardo Gomes pelo direito ao seu lugar. Mas as oposições, reforçadas agora pelo vento da liberdade que corria o mundo, gritaram que ele estava se mobilizando para o continuísmo.

A indicação de seu irmão, Benjamin Vargas para a Chefia de Polícia, de onde saíra o inatacável João Alberto Lins de Barros, precipitou a ação das Forças Armadas que a 29 de outubro de 1945, o depuseram, assumindo o governo, provisoriamente, o Ministro José Linhares do STF, que o passou às mãos de Dutra, eleito com o apoio de Vargas.

Embora deposto pelos militares, que se esqueceram de cassar-lhe os direitos políticos, Vargas foi eleito senador por dois Estados e Deputado por sete vezes. Até 1950, permaneceu mais no Rio Grande do Sul, no exílio voluntário onde o visitaram raros amigos. Um filho de um fazendeiro local, chamado João Belchior Marques Goulart, cativou-o com a presença constante numa época em que todos dele se afastavam.

Os políticos confundiram-se quando tiveram que eleger o sucessor de Dutra e o cetro voltou, finalmente, para Getúlio Vargas.

Mas, o homem que tomou as rédeas do poder em 1951, depois de ter vencido o adversário de seu partido (Eduardo Gomes) era um homem diferente. Voltava mais gastado, mais sensível, mais solitário, porém desejoso de paz. A falta de contato com os políticos nacionais e a ingratidão de muitos deles haviam atuado fundo no coração daquele homem aparentemente frio. Sua preocupação nessa época voltava-se para o povo, como ele disse, pública e intimamente também.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Douto Plenário, "Moção de Apoio" ao Projeto "Universidade Popular do Trabalho", em elaboração pela Coordenadoria do Trabalho, da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Capacitando melhor o trabalhador estaremos possibilitando o seu crescimento e envolvendo-o diretamente na aventura de participar do desenvolvimento nacional. Se verdade é que o desenvolvimento de uma Nação se mede pelo nível cultural de seu povo, é mister que apoiemos todo e qualquer projeto que vise modificar o nosso conceito perante as grandes nações, e iniciemos a trajetória de realizações e mudanças positivas com que tanto sonhamos para os nossos descendentes. A Universidade Popular do Trabalho, se implantada, será, sem dúvida, instrumento de motivação para que outros órgãos apresentem projetos que promovam o desenvolvimento sócio-econômico do

nosso povo.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, e Rubens Bueno, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, que se registre nos Anais desta Assembleia Legislativa, a passagem de mais um aniversário da morte do grande estadista brasileiro, Getúlio Dornelles Vargas.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Transcorridos trinta e três anos de uma fatídica manhã de 24 de agosto, na qual chegava ao fim uma vida brilhante, que comandou o País por quase 20 anos, sob o signo da grandeza, o povo ainda lembra com emoção esse gaúcho de São Borja, criado às margens da fronteira argentina e que abraçou tão intensamente a vida política, adquirindo o respeito e a admiração não só de seus correligionários como de todos os brasileiros.

Em que pesem as controvérsias a respeito de Getúlio Vargas, não se pode julgá-lo dentro de padrões comuns. Há que se encará-lo como um símbolo de uma era de mudanças, justificando-se plenamente a homenagem a ser prestada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Dr. Renato Ortoloni de Souza, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, solicitando o fornecimento de quatro pneus e uma bateria nova, para ser usada na viatura policial de marca Brasília, ano 82, Placa CE-9241, de prefixo 97-J.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos para a liberação de materiais para complementação das obras da 3ª Companhia do 8.º BPM do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração, solicitando a recuperação da Escola Estadual Costa Monteiro - Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo, do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de providenciar, com a máxima urgência, a pavimentação da estrada que liga Quitandinha a Contenda, passando por Catanduvas.

Trata-se de uma reivindicação antiga dos moradores daquela região, porque a falta de asfaltamento da referida estrada tem causado sérios problemas no transporte de passageiros, produção agrícola e industrial, que trafegam na referida rodovia.

A concretização do pedido porá fim aos problemas citados e trará mais progresso para a região, e mais tranqüilidade e segurança aos seus usuários.

Sala das Sessões em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. João Carlos Finardi, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, S/A, solicitando providências para a instalação de uma agência do BANESTADO ou mesmo um Posto Avançado do referido estabelecimento, no Município de Chopinzinho, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e aos membros da Câmara de Vereadores do citado município.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Com uma população de aproximadamente 37 mil habitantes, Chopinzinho tem na produção do milho sua principal cultura, seguida de perto em importância, pelas culturas de soja, mandioca, feijão e arroz. Possui também expressiva situação na pecuária, suinocultura e avicultura, além de contar com cerca de 70 indústrias, 238 estabelecimentos comerciais e diversos órgãos de prestação de serviços.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Ary Veloso de Queiroz, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando a intervenção do mesmo junto à SANEPAR, para instalação de um Pólo Regional dessa Companhia no Município de Chopinzinho, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e aos membros da Câmara de Vereadores do citado município.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O atendimento desta reivindicação justifica-se plenamente, haja vista a localização do Município de Chopinzinho, que poderá centralizar o atendimento de outros municípios da região, bem como em face ao grande número de ligações de água, ali existentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. João Carlos Finardi, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, S/A, solicitando providências para a instalação de uma agência do BANESTADO ou mesmo um Posto Avançado do referido estabelecimento, no Município de Pranchita, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e aos membros da Câmara de Vereadores do citado município.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de ser um dos mais jovens municípios do Paraná, Pranchita já conta com uma população de cerca de 12.000 habitantes, possuindo excelente produção agrícola, avicultura expressiva, suinocultura e gado de corte.

Possui também nove indústrias e 37 empresas comerciais, o que justifica plenamente o atendimento desta reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. João Carlos Finardi, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, S/A, solicitando providências para a instalação de uma agência do BANESTADO ou mesmo um Posto Avançado do referido estabelecimento, no Município de Santo Antônio

do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e aos membros da Câmara de Vereadores do citado município.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Pertencente à microrregião Sudoeste do Paraná, o Município de Santo Antônio do Sudoeste, na fronteira do Estado, encontra-se em franco desenvolvimento, possuindo aproximadamente 4.100 propriedades rurais com elevada produção agrícola e pecuária, além de 82 indústrias e mais de 300 estabelecimentos comerciais, o que justifica sobejamente o atendimento desta reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de determinar a reintegração dos quinze alunos do curso de formação de soldados da Polícia Militar do Estado do Paraná, que foram excluídos do mesmo, após três meses de atividades, sem nenhuma explicação plausível e sem receberem nenhuma remuneração pelas tarefas desenvolvidas.

Durante o período em que participaram do curso de formação, procederam estudos e desenvolveram atividades práticas que são pré-requisitos para o engajamento nos quadros da Polícia Militar, dedicando-se integralmente àquelas atividades e, inclusive, recusando ofertas de emprego.

Todos os alunos que foram excluídos eram ex-militares que saíram dos quadros daquela Corporação por motivos particulares, nada havendo para desaboná-los moral ou profissionalmente.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação de curso do 2.º Grau, na localidade de Barra Grande, Município de Itapejara do Oeste.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

A falta de alternativas para a continuidade da vida escolar é motivo maior do esvaziamento das instituições de ensino na localidade de Barra Grande. O nível

sócio-econômico é basicamente baixo, o que acarreta a desistência dos alunos e preocupação dos pais, em virtude das longas distâncias que separam alunos dos grandes centros ou mesmo municípios que ofertem ensino de 2.º Grau. Tendo em vista que a principal força da economia reside na agricultura, entendemos fundamental a criação de um colégio agrícola, para o que encarecemos a anuência dos nobres Pares desta Augusta Casa.

Que do presente seja cientificado o Sr. Anílio Felipetto, DD. Presidente da Câmara Municipal de Itapejara do Oeste.

Anexo, documento da Câmara Municipal daquele município, solicitando criação de curso de 2.º Grau.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Ortigueira, solicitando melhoria e conservação das estradas do Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da visita feita por este Parlamentar no último final de semana ao bairro Basílio, no Município de Ortigueira, ouvimos os reclamos daquela comunidade sobre a precariedade das estradas do referido bairro, conforme pudemos constatar "in loco", razão pela qual solicitamos envio de expediente solicitando maior atenção daquela municipalidade para o setor rodoviário do interior do município.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a agilização no funcionamento do Hospital Unidade mista do Setor Norte de Londrina, tendo em vista estar o prédio construído, faltando apenas o fornecimento de alguns aparelhos para que o Mini Hospital possa entrar em funcionamento e atender a população, especialmente dos Cinco Conjuntos de Londrina, que necessitam de atendimento e este hospital é de vital importância para o atendimento local.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes Noronha, encarecendo a construção de um novo prédio que possa abrigar a Décima Delegacia Regional de Polícia.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

Instalada em prédio que hoje não comporta condições de atender às reais necessidades da região, tanto no que diz respeito a atividade administrativa como também com respeito ao encarceramento dos presos, a construção de um novo prédio para a Décima Delegacia Regional de Polícia torna-se hoje imperioso.

Neste sentido, o presente requerimento tem por finalidade solicitar que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública, dentro da dotação orçamentária, determine a liberação dos recursos que se fizerem necessários para a execução da referida obra, a fim de que o referido órgão possa atuar compativelmente com o porte do município e da Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Carlos Antônio Ferraro de Biasi, Presidente da ACARPA, solicitando que sejam lotados mais técnicos no escritório da ACARPA no município de Telêmaco Borba, tendo em vista a necessidade que os pequenos produtores daquele município encontram em obter orientações técnicas.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

No escritório da ACARPA de Telêmaco Borba somente dois técnicos atuam em nível de campo. Como o Município tem uma grande extensão territorial, faz-se necessário quantificar o número de técnicos para que os produtores rurais, especialmente os pequenos, não fiquem sem assistência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Srs. Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, Dr. Waldemar Alegretti e ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, solicitando a construção de unidades habitacionais populares para o funcionalismo público estadual de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades por que passa a Nação brasileira têm determinado à classe trabalhadora conviver com os efeitos nefastos da recessão. Os funcionários públicos estaduais que se inserem dentro deste contexto, e sofrem, portanto, os mesmos efeitos dos baixos salários praticados atualmente, apesar de todo esforço do Governador Álvaro Dias visando melhorar os vencimentos do funcionalismo, aliados ao elevado custo de vida principalmente do alto valor dos aluguéis praticados na região, colocam o funcionalismo estadual como impossibilitado de exercerem condignamente suas funções e provoca a evasão dos melhores do quadro para outras atividades, com prejuízos inestimáveis à máquina administrativa do Estado.

Viria a construção de unidades habitacionais destinadas ao funcionalismo atenuar sensivelmente esta situação, já que o alto valor do aluguel é o principal componente da subtração de seus salários, sendo portanto uma medida de amplo alcance social e necessária para o bom desempenho da estrutura administrativa do Estado na região de Umuarama.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando ao mesmo a estadualização das Escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, de São Miguel do Cambuí (Escola Cenequista Ernesto Gomes Carneiro, Ensino de Segundo Grau), os quais são distritos do Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar a instalação de um aparelho telefônico comunitário que possibilite a ligação e recebimento de chamadas, a ser instalado em frente a Casa de Comércio Manfron, na estrada principal de Juruqui, em Almirante Tamandaré.

Torna-se imperiosa a necessidade de instalação de um telefone comunitário naquela localidade, porque seus inúmeros moradores não dispõem de nenhum telefone público nas imediações.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de São José dos Pinhais.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. João Batista Ferreira da Cruz.

Devido ao déficit habitacional verificado no município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Quitandinha.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Anatólio Lipinski.

Devido ao déficit habitacional verificado no município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam efetuadas obras de recuperação na cancha de esportes da Escola Estadual Dirce de Aguiar Maia, no Município de Maringá:

1. Secretário de Estado da Educação, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.
2. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Prof. Evaldo Podolan.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A cancha de esportes da referida escola foi muito utilizada pela comunidade, estando em condições precárias, necessitando de reparos no piso, vestiários, bem como no sistema de iluminação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário desta Casa de Leis, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, sugerindo rigor do Governo Federal no controle das taxas de juros cobradas pela rede bancária e pelas financeiras e que, infelizmente, estão sfrendo sensíveis altas nos últimos dias.

Caso nossas autoridades deixem de levar em conta este apelo, é muito provável que o Plano Brésser terminará em fracasso como o Plano Cruzado, pois entendemos que subindo os juros automaticamente sobe o custo de vida, disparando a inflação, de triste memória para todos os brasileiros.

No momento em que o governo da Nova República concentra seus esforços para conter a corrida inflacionária, a população brasileira acompanha, de certa forma estarrecida, os boletins econômicos que mostram, diariamente, elevações na LBC, o que acaba por aumentar os juros, estes muitas vezes ainda resultado da euforia do Cruzado e que levou milhões de brasileiros a contraírem dívidas, pois acreditavam na seriedade do governo.

Sala das Sessões em 24.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sindicato dos Condutores

Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná, expressando apoio à manifestação realizada no último sábado em favor da duplicação da BR-116, onde, de janeiro a julho, morreram em média, quase uma pessoa por dia.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado, solicitando participação dos Biólogos e Geógrafos no selecionamento de pessoal para compor o cadastro de reserva no cargo de Técnico de Nível Superior do ITCF.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que tais profissionais, de acordo com seus currículos, bem como de acordo com o regulamento profissional, são habilitados na área de proteção e defesa do meio ambiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Companhia de Financiamento da Produção - CFP, em apoio às reivindicações de Federação das Cooperativas de Transporte de Cargas da Região Sul.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa à FECATRASUL, através da pessoa do Sr. Salazar Barreiros, presidente da COOPAVEL.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Ministério da Justiça, fazendo um veemente apelo para que haja obrigatoriedade às indústrias no que diz respeito ao atendimento pleno, com peças e acessórios por tempo pré-determinado, aos consumidores que venham a adquirir produtos que por uma razão ou outra deixem de ser fabricados.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Em um país de dimensões continentais como o Brasil e totalmente dependente do transporte rodoviário, é fundamental garantir condições para que a iniciativa

provada atue no mercado. Daí a necessidade de se estudar com seriedade o pedido da Federação das Cooperativas de Transportes de Cargas da Região Sul, baseado em três itens:

1. Maior incentivo às cooperativas de transportes na distribuição dos fretes dos produtos da Companhia de Financiamento da Produção.

2. Iseção do IPI aos caminhões adquiridos pelos cooperados.

3. Isenção do imposto sobre Transporte às cooperativas que contratarem os serviços de qualquer cooperativa e transporte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência aos Srs. Iran Roberto Brzezinski, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia - Floresta do Estado do Paraná, e Fernando Santos Herkenhoff, Delegado Estadual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, manifestando nosso repúdio pelo corte de madeira que vem ocorrendo na divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina, mais exatamente divisa dos Municípios de Guaratuba e Garuva.

Requer ainda, que da decisão sejam informados o Excelentíssimo Sr. Íris Resende, Ministro da Agricultura, Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Pedro Ivo Figueiredo Campos, Governador do Estado de Santa Catarina e Neuto Fausto de Conto, Secretário de Agricultura e Abastecimento daquele Estado.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

Temos nos manifestado em várias ocasiões, contrários a abusos cometidos contra a natureza.

Recebemos freqüentes denúncias que dezenas de caminhões usam o "Ferry-boat" carregados de madeira, provenientes da divisa de Guaratuba e Garuva.

A madeira serve como fonte alternativa de energia, para atender às empresas de Joinville e Paranaguá, e tem sido retirada desordenadamente.

Apesar da existência, desde 1965, de um Código Florestal que dentre outras coisas estipula a limitação do uso da propriedade privada, e uma política de utilização racional vinculando o consumo industrial à reposição, a nossa flora continua a ser agredida.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal que deveria atuar no sentido de racionalizar a retirada e garantir

a reposição da madeira tem se mantido omissos.

Enquanto cresce a consciência brasileira da importância da preservação do meio ambiente, o Paraná regride carregando no seu retrocesso o seu estado vizinho e irmão de Santa Catarina.

Nossos pronunciamentos, entrevistas, requerimentos ao Plenário, não parecem ser ouvidos pelas autoridades competentes, ou se o são, não parecem sensibilizá-los.

Se a função de normatizar o uso dos nossos recursos florestais só existe de direito e não de fato, é preciso que tal distorção seja corrigida antes que os danos sejam irreversíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a urgente votação do Projeto de Lei n. 27/87, que transforma a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná em entidade de Utilidade Pública.

Sala das Sessões em 24.08.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, a matéria que mereceu chamada de primeira página na Tribuna Agrícola, Suplemento Rural do Jornal Tribuna da Cidade de Apucarana, com o título "A vida e o Trabalho dos índios Kaingangs".

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A matéria publicada no número 47, Ano I, da Tribuna Agrícola, Suplemento Rural do Jornal Tribuna da Cidade, de Apucarana, de 21 de agosto do corrente, que mereceu primeira página (chamada) com o título "A Vida e o trabalho dos índios Kaingangs, e significativa reportagem na sua página 5, com o título "Como vivem os índios Kaingangs" deve nos levar a uma reflexão sobre nossos irmãos índios, seu passado, seu presente e o que os aguarda no futuro.

Se todo cidadão é responsável, que quinhão cabe aos legisladores no momento crucial da elaboração da nova Carta Magna, no sentido de definir parâmetros para uma política indigenista justa e humana, que não tenha apenas consagrada de forma retórica os valores da pessoa e da cidadania?

A humanidade não pode deixar de conviver com um passado de opressões das mais diversas, impingidas ao índio, mas está na hora de aprender a sentir e conviver com

remorso pela dimensão de tantas injustiças.

É o primeiro passo para não repeti-las.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição do depoimento do Sr. João Alberto Einecke, preso em setembro de 1975, torturado física e moralmente pela sua ideologia ser contrária ao Regime então vigente.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

O abuso da força sempre contou com a cumplicidade da mentira.

O testamento político de Adolf Hitler, escrito em 29 de abril de 1945, pouco antes do seu suicídio, estava impregnado das falsidades que usava como ponto de apoio... "Os séculos passarão: dos escombros das nossas cidades e monumentos artísticos, porém, renovar-se-á incessantemente o ódio ao povo que em última instância é o culpado de tudo: os judeus internacionais e seus colaboradores!"

Agora que Hitler já virou pó, voltemos ao nosso problema e retrocedamos a 1975, época da prisão de João Alberto Heinecke e de tantos outros.

Os porta-vozes do regime de então, repetiam monotonamente que a culpa dos nossos infortúnios deveria ser atribuída aos "comunistas".

E comunistas eram todos aqueles que lutavam, dentro e fora de partidos, por uma vida melhor, mais justa e mais digna para o povo.

Que o depoimento a ser transcrito nos Anais da Casa, nos dê novo estímulo pela busca do fortalecimento de instituições democráticas, capazes de nos dar independência econômica e soberania política, tão necessários para a segurança do nosso desenvolvimento.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 047/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado o Serviço Único de Assistência Social, Médico, Jurídico e Organizacional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A ALEP não poderá contratar funcionários ou criar novos cargos para a implantação deste serviço.

Art. 2º- A ALEP destinará anualmente 2,5% (dois e meio por cento) de sua dota-

ção orçamentária para financiar o disposto no artigo anterior, de acordo com a seguinte distribuição:

§ 1º- 30% (trinta por cento) do total para subsídio alimentação aos funcionários da Assembléia que percebem até o equivalente a três salários mínimos mensais;

§ 2º- 20% (vinte por cento) para financiar projetos de educação, organização e mobilização de entidades e movimentos representativos dos trabalhadores paranaenses;

§ 3º- 20% (vinte por cento) para financiar projetos de cunho assistencial a entidades não conveniadas com o Estado;

§ 4º- 10% (dez por cento) para Assistência Social e médico-ambulatorial gratuita;

§ 5º- 10% (dez por cento) para assistência jurídica popular gratuita.

Art. 3º- Fica extinto o repasse de verbas, a qualquer título, para Assistência Social aos gabinetes parlamentares, de representação e da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º- A tesouraria da Assembléia incluirá no contra-cheque dos funcionários que recebem até o equivalente a três salários mínimos mensais o subsídio alimentação correspondente.

Parágrafo Único - O valor mensal correspondente será apurado mediante a divisão do valor total mensal a título de subsídio alimentação, aos funcionários nesta condição.

Art. 5º- Fica instituída uma Comissão Parlamentar encarregada de receber, analisar e autorizar ou vetar a liberação de recursos solicitados por entidades ou movimentos;

§ 1º- Cada Partido com assento na Assembléia indicará um Parlamentar para compor a comissão, a qual escolherá entre os membros, um presidente, um vice-presidente, um secretário e um suplente de secretário;

Art. 6º- Os projetos de educação, organização e mobilização de entidades e movimentos paranaenses e projetos assistenciais deverão preencher os seguintes requisitos:

§ 1º- Ser inferior a 200 OTN's

§ 2º- Vir acompanhados de um plano de aplicação e assinado pela diretoria;

§ 3º- Vir acompanhado de cópias dos estatutos sociais da entidade;

§ 4º- Quando se tratar de projetos assistenciais, a entidade não poderá ser conveniada com órgão do Estado na mesma área;

§ 5º- Apresentação de certidão negativa do Tribunal de Contas;

Art. 7º- A mesma entidade não poderá ter aprovado mais do que um projeto dentro de um mesmo exercício, salvo quando se en-

quadrar nas hipóteses do parágrafo 2º artigo 2º.

§ Único - Os recursos provenientes de projetos previstos no artigo 2º § 2º, não poderão ser aplicados em assistência social.

Art. 8º - A prestação de contas será apresentada à Tesouraria da Assembléia até o dia 20 de dezembro do ano em que foi liberado o recurso.

Art. 9º - A Assistência Social gratuita atenderá preliminarmente cada caso, fará uma análise e a devida triagem, encaminhando em seguida para o setor ou órgão competente.

§ Único - O encaminhamento e/ou internamento hospitalar é de competência do Serviço Médico da Assembléia após atendimento preliminar.

Art. 10 - A Assembléia disporá dentre o seu quadro de pessoal, de quatro assistentes sociais para efetivação deste serviço.

Art. 11 - O Serviço Médico do Poder Legislativo Paranaense é único para atendimento dos Parlamentares, funcionários e pessoas carentes.

§ Único - O encaminhamento e/ou internamento hospitalar de pessoas carentes e desprovidas de Institutos de Previdência será feito após atendimento prévio.

Art. 12 - A ALEP disporá de quatro advogados dentre o seu quadro funcional para efetivação do serviço de assistência jurídica gratuita popular.

Art. 13 - A Assistência Jurídica Gratuita Popular prestará serviços de orientação e atendimento forense às pessoas carentes.

§ Único - É facultada a contratação por prazo determinado de estagiários do curso de direito, desde que necessário para aperfeiçoamento do serviço.

Art. 14 - Os recursos não utilizados até a data de 20 (vinte) de dezembro de cada ano, serão devolvidos ao Tesouro do Estado.

Art. 15 - Esta resolução entra em vigor na data de sua aplicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

A situação sócio-política-econômica brasileira, as políticas econômicas adotadas pelos governos têm arrochado os salários, provocado o desemprego e o êxodo rural, aprofundado a miséria e agudizado as precárias condições sanitárias da população, levando à deteriorização quase completa das condições de vida da população já explorada e marginalizada. A consequência imediata, por outro lado, é a despersonalização dos cidadãos, incentivando a

transferência de responsabilidades do particular para o poder público, forçando as pessoas a procurarem os poderes constituídos para subsidiá-las na alimentação, no tratamento sanitário, na educação de seus filhos etc...etc...

Sob outro aspecto, podemos verificar que a nossa história política tem procurado, deliberadamente ou não, manter as coisas como estão porque favorece o "status quo" existente. Ela reforça a postura de dependência na medida em que parlamentares municipais, estaduais e federais e até postulantes a cargos executivos, se elegem às custas de promessas assistencialistas que alimentam o clientelismo político reforçando a dependência e projetando a imagem do "político milagreiro" como o ideal a ser seguido pelos detentores de cargos públicos eletivos. Não há nada mais vil do que explorar a miséria acenando com as migalhas que caem das mesas fartas dos recursos públicos, como forma de assegurar privilégios pessoais, defender interesses particulares ou de grupos minoritários abastados ou manter o "status" social.

A assistência social nos gabinetes parlamentares da Assembléia Legislativa Paranaense, além disso, absorve atenções e as forças que poderiam ser orientadas para o desempenho das prerrogativas constitucionais, como por exemplo: a representação da população defendendo seus direitos e interesses; fiscalização e legislação. Além do que, projeta na opinião pública a imagem distorcida do Poder Legislativo como um "grande centro de assistência social".

Não consta entre as competências do Poder Legislativo, definidas constitucionalmente, a prestação do serviço de assistência social às pessoas carentes.

Não se pretende deixar os necessitados, vítimas de políticas econômicas mal orientadas, à mercê da sorte. Muito pelo contrário, o que se pretende é chamar a atenção sobre a responsabilidade do Poder Executivo, através de seus órgãos, para resolver as carências da população, prestando a devida assistência aos necessitados.

Por isso estou propondo a unificação e a transferência dos gabinetes, como passo intermediário até a transferência completa para o Poder Executivo, do Serviço de Assistência Social, Médico e Jurídico na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Propondo também o redirecionamento do total dos recursos da Assembléia, sob o título de Subvenção Social (hoje em torno de 2,5% da dotação orçamentária) para melhor remunerar os salários dos funcionários da ALEP que percebem até o equivalente a três salários mínimos mensais; atender as Entidades Assistenciais; prestar

assessoria jurídica aos necessitados e para reforçar a organização e as instituições populares como forma de implementar e solidificar as bases da democracia.

Diante do exposto espero contar com o apoio necessário dos parlamentares e seus respectivos partidos com assento nesta Casa na aprovação deste Projeto de Resolução.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 185/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública o "SERVIÇO SOCIAL DE SEGREDO"-S.S.SG", com sede e foro no Município de Pinhão.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade "SERVIÇO SOCIAL DE SEGREDO" S.S. SG", fundada em 01 de abril de 1982, devidamente registrada no Cartório competente desde 08 de junho de 1982, tendo como objetivo principal, prestar serviços sociais e assistência às pessoas sediadas no Canteiro de Obras da Usina Hidrelétrica de Segredo, no Município de Pinhão, cuja situação econômica financeira, comprovadamente é precária.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 186/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES- ACROL, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora desejamos declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES - ACROL, devidamente registrada em Cartório competente desde 23 de julho de 1979, tendo por finalidade promover e incentivar atividades culturais, cívicas, religiosas, recreativas,

esportivas e sociais, incentivando e providenciando melhoramentos, urbanização e boa apresentação do Conjunto Residencial Tenente Rocha Loures.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 187/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a "Cooperativa de Prestação de Serviços dos Motoristas Autônomos de Táxi de Curitiba Ltda- COOPER-TÁXI-OBJETIVA" com sede e foro à Rua Bernardo Rosemann, nº555, Bacacheri, nesta Capital.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa de Prestação de Serviços dos Motoristas Autônomos de Táxi de Curitiba Ltda, COOPER-TÁXI-OBJETIVA, fundada em 23 de novembro de 1985, com sede e foro à rua Bernardo Rosemann, nº555, Bairro Bacacheri, nesta Capital, com Registro Público desde 22 de abril de 1986, tem como finalidade aglutinar os profissionais taxistas autônomos, como forma de melhorar as condições de trabalho e, principalmente, objetiva dar início ao desenvolvimento do espírito cooperativista da categoria.

PROJETO DE LEI Nº 188/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Evangélico de Assistência DORCAS, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Nossa pretensão com o presente Projeto de Lei, num justo reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a Comunidade do Município de Londrina, desde o dia quatro de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, auxiliando as pessoas carentes e comprovadamente necessitadas, oferecendo-lhes todo auxílio em alimentação, Educação Moral e religiosa, principalmente financeira, é declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Evangélico de As-

sistência DORCAS.

Para tanto, juntamos ao presente a documentação exigida para tal fim, através da Lei nº 6994/78, como ata da diretoria atual, cópia dos Estatutos, cópia da Certidão do Tribunal de Contas do Paraná atualizadas, Atestado de Registro, Declaração pelo Vereador Edison Siena de reconhecimento pelos serviços prestados e cópia da Lei que considera de Utilidade Pública Municipal, para as devidas apreciações.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Gernote Kirinus. Ausente:

Estando ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, seguinte orador inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço a leitura aqui, no Pequeno Expediente, de um artigo que saiu no jornal da Universidade Federal do Paraná, de autoria da Presidente da Comissão Editorial Pró-Tempore da UFPR, Leilah Santiago Bufrem, "A Máscara do Discurso". (Lê):

A Máscara do Discurso
Leilah Santiago Bufrem,
Presidente da Comissão Editorial
Pró-Tempore da UFPR.

Pela primeira vez na sua história, a Universidade Federal do Paraná assume posição de vanguarda, adotando medidas renovadoras e revelando, dessa maneira, uma política de transformação das estruturas.

Fato marcante e inesperado foi o lançamento da obra Harry Berger, de autoria de José Joffily. O tema inusitado e a ousada posição do autor provocaram, sem dúvida, polêmica e agitação.

O lançamento da obra em Brasília, no Congresso Nacional, teve recuperação e sucesso indiscutíveis, traduzindo-se em estréia insigne para a editora Universitária mais nova do Brasil que em co-edição com a Paz e Terra, concorreu para a publicação. Jornais de todo o país comentaram o fato, estimulando a polêmica através de editoriais e reportagens. Autoridades nacionais congratularam-se com o empreendimento, destacando o papel da Editora Universitária para a instituição e para a comunidade e assinalando o desempenho de José Joffily, como constituinte de 1946 e autor de rica produção intelectual. Saliente-se que o exemplo de sua vida, combativa e corajosa, a prisão e os sofrimentos que lhe foram infligidos são estimuladores da revolta contra a injustiça e o arbítrio, a dissimulação e a mentira.

Todavia, e aí está o mais surpreendente: a nível institucional, a reação que se esperava por parte do conservadorismo representado pela chamada direita, partiu exatamente de elementos da ala progressista da Universidade. Agitada e preocupada em função de interesses paroquiais, esta facção revelou-se contrária à publicação da obra Harry Berger, desferindo críticas despropositadas e denúncias improcedentes. Procurando negar a própria história, documentada e analisada com rigor na obra em questão, a postura dos críticos traduz ao menos, inconsistência com o discurso que ostentam. Demonstra discriminação quando o momento é de lucidez e de mudança. O discurso competente não faz mais sentido. A retórica tornou-se vazia. As acusações inoportunas.

No momento em que são tomadas medidas progressistas e sérias pela administração da Universidade quando a comunidade escolheu, pela primeira vez, um Reitor por julgá-lo capaz de consolidar seus anseios por transformação, quando, enfim, vislumbra-se a possibilidade de invenção diante da dubiedade ou do impasse, não se pode conceber a reação mesquinha ou cega a esses sinais de vida.

É importante salientar que a política editorial não foi definida por ser simpática aos membros da Comissão Editorial ou para agradar aos amigos. Ela se originou da reflexão e do debate, aberto a todos os membros da comunidade. E é com base em critérios que as decisões editoriais são tomadas.

Admite-se e louva-se o direito à dissonância e ao pensamento crítico, mas não se deve permitir a tentativa de intimidar ou limitar qualquer tipo de atividade. Especialmente no caso da Editora, uma unidade que está encontrando os meios para se realizar, não se concebe a existência destas restrições.

Sabe-se que as formas pelas quais a mediocridade toma conta das instituições são as mais diversas, porém o mecanismo é tão eficiente que uma administração, que propõe ser progressista e operante terá sérias dificuldades para contornar os meandros da incompetência.

Existe, neste caso, um enfrentamento entre duas áreas distintas: de um lado, o trabalho, o dinamismo e a paixão e, do outro, a inércia, o comodismo e o bloqueio a tudo o que signifique vida e renovação.

A ânsia pela ruptura das formas aprisionadoras na busca de uma renovação de estruturas, ao invés de enfraquecer é, pelo contrário, cada vez mais fortalecida no embate. A cada vitória sobre o adversário necrosante, a vontade se fortalece e a paixão se renova. Toda a ousadia é canalizada no sentido de contestar a burocracia

e o desinteresse.

A Editora "Scientia et labor", da Universidade Federal do Paraná é uma realidade. Aqueles que contribuíram para a sua existência o fizeram com tal ânimo e trabalho, que ela aí está. E progride, porque progredir decorre do assumir. Assumimos a importância que ela representa, assim como assumimos o seu papel enquanto reflete a qualidade da produção docente. E, neste momento, em que a Comissão Editorial Pro-Tempore dá como cumpridas suas funções, após dez meses de trabalhos, concita toda a comunidade universitária à luta pela transformação. Adverte, também, que é de fundamental importância a denúncia à ignorância e à dissimulação, armas do domínio e da intimidação social e política. Que deverá ser a luta na Editora da UFPR em prol da verdade, da livre expressão e da divulgação do saber. Contra as restrições institucionalizadas pelo discurso competente, elege-se a coragem e a denúncia, mesmo que, para as visões limitadas, sejam consideradas subversivas e ameaçadoras. Contra a inconsciência e a ignorância, aliadas da acomodação e que, reunidas justificam a necessidade do domínio e do arbítrio, levantamos a bandeira da lucidez.

É luta solitária, crítica e contestatória. Poucos a assumirão, mas temos certeza, aqueles que a aceitaram recorrerão ao rompimento das estruturas acobertadas e intimidadoras. Incursionarão às raízes das contradições aparentes e da representação do real, na tentativa de desmarcar o discurso instituído e as injunções políticas, e na certeza da inovação pela criatividade e coragem dos sadios.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Planejar e administrar, tanto a empresa privada, como o setor público, numa situação crítica como a atual, que apresenta uma economia completamente instável, exige, além do conhecimento técnico, muita criatividade.

Planejar em época de crise é não permitir que as dificuldades presentes impeçam uma visão clara das perspectivas do futuro".

Senhores Deputados:

Estas duas afirmações do Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Francisco Borja Magalhães, demonstram a linha de pensamento e atuação do Governo Álvaro Dias que, apesar de enfrentar dificuldades econômicas, está conseguindo honrar seus compromissos financeiros. A folha de pagamento dos servidores está em dia, as obras

prioritárias continuam em andamento e, do orçamento do Estado, para este ano, cerca de 30% será aplicado em investimentos que certamente vão trazer melhorias sociais significativas, mesmo que a médio e longo prazo.

Enquanto a maioria dos Estados está operando "no vermelho", com altos déficits, o Paraná vem conseguindo manter o índice de normalidade no gerenciamento da coisa pública. E aqui também se fizeram presentes as dificuldades surgidas após o Plano Cruzado.

Basta lembrar que o orçamento para o exercício deste ano foi elaborado de acordo com a lei, no mês de setembro de 1986, numa época em que o Plano Cruzado não apresentava sinais de fracasso, e se tomava com base de cálculo orçamentário a inflação zero.

Quando assumiu o Governo do Estado, em 15 de março, o Governador Álvaro Dias sentiu que medidas urgentes precisavam ser tomadas para impedir que o Paraná também entrasse em Estado de insolvência. Assim, optou-se por "colocar a casa em ordem". E as primeiras providências foram a extinção de órgãos públicos ou a fusão, com o objetivo de enxugar a máquina administrativa. Diversos prédios alugados foram devolvidos, funcionários ociosos demitidos e a racionalização nos gastos do dinheiro público passou a ser a palavra de ordem.

As Secretarias de Estado passam por uma reforma institucional que permitirá maior agilidade administrativa, com menor dispêndio financeiro, destacando-se nestas mudanças a nova função da secretaria do Planejamento que assumiu a missão de Coordenação Geral, ou seja, de centralizar, em termos de programação e orçamento, todas as atividades do Governo Estadual.

É sob este aspecto que entra a criatividade administrativa adotada pelo Paraná. Enquanto outros estados corriam ao Governo Federal em busca de recursos financeiros, nossos técnicos conseguiram encontrar soluções para os problemas emergenciais. Apesar da queda na arrecadação do ICM, que é a maior fonte de recursos para custear as despesas públicas, o Governador não negou o direito adquirido dos servidores, apenas postergando por certo prazo o pagamento do gatilho salarial.

Hoje, temos uma economia instável que não oferece nenhuma segurança imediata, mas nem por isso o Paraná deixou de pensar no futuro.

A Secretaria do Planejamento está desenvolvendo vários estudos em diversos segmentos. Na área social, os técnicos estão elaborando uma proposta a ser encaminhada ao BIRD, para investimentos nas periferias urbanas que terá a finalidade primordial de amenizar as sérias dificuldades decor-

rentes do processo de urbanização.

Prosseguem, em estágio avançado, os estudos para a construção da ferrovia da produção e da hidrovia do Ivaí.

A integração econômica entre o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul e os países do cone sul é outro projeto que a Secretaria do Planejamento vem desenvolvendo.

Dentro de aproximadamente um mês, esta casa deverá receber a proposta orçamentária para os próximos quatro anos, assim como o plano governamental de desenvolvimento econômico que tem suas ações voltadas basicamente para o atendimento social da população paranaense.

Entre as metas estão o programa integrado para o desenvolvimento da região metropolitana de Curitiba, programa de irrigação e drenagem de várzeas e o programa de rodovias rurais, além de outros programas setoriais, voltados para a saúde, educação e habitação do nosso povo.

Na área de informática, o conselho de informática do Paraná, que é vinculado à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, está implantando um trabalho totalmente novo. Os órgãos do estado que utilizam a informática estão sendo convidados a discutir suas dificuldades. Hoje, há um intercâmbio de experiências e o Estado está ganhando muito com esta atitude, pois muito vem economizando. Tanto pela troca de informações, como pela reutilização de equipamentos.

Cabe destacar também o acordo com cooperação técnica Brasil/Japão para 88/89 que o Paraná foi o Estado contemplado com o maior número de projetos aprovados em função do trabalho realizado pelos técnicos da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral.

Graças a estas iniciativas e também a um planejamento adaptado ao momento de dificuldade, o Paraná vive hoje, apesar da crise, com perspectivas de dias melhores.

As dificuldades, cíclicas ou não, devem ser enfrentadas, pois só assim podemos vencê-las, e o Paraná trilha por este caminho pois sem negligenciar as vicissitudes, está planejando um retorno ao desenvolvimento, com diversas linhas de atuação.

O Governo do Paraná pode, seguramente, afirmar que está semeando hoje, para que as próximas gerações tenham o que colher.

Através de um bom planejamento, o Paraná dá um exemplo nacional de como deve ser a postura dos governantes em tempos de crise".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Paulino José Dela-

zeri.

Havendo declinado, e não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o Pequeno Expediente e, não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Concedo a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há poucos dias lemos no jornal, ou melhor dito, no último domingo, uma notícia, que foi recebida com muita tristeza pelos habitantes do Oeste do Estado do Paraná.

Eis que a Justiça Federal, na pessoa do Dr. Milton, Juiz da 1.^a Vara da Justiça Federal, se pronunciou favorável a manter o fechamento da Estrada do Colono, do Parque Nacional do Iguaçu, em defesa, segundo ele e os ecologistas curitibanos, que nem sequer conhecem o Parque Nacional do Iguaçu "in loco", como nós o conhecemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Parque Nacional do Iguaçu: ame-o ou feche-o, é o desafio que a Justiça Federal jogou no rosto daqueles que desbravaram o Oeste do Estado do Paraná. Muito antes, Sr. Presidente, de se fazer um plano de remanejamento do Parque, muito antes da criação e concretização do Parque Nacional do Iguaçu, já existia ali uma estrada, com mais de meio século, por onde passaram os que colonizaram o Oeste do Estado do Paraná.

É muito cômodo, Sr. Presidente, ser a favor ou contra. E nas enquetes de jornalistas, muitas vezes, ao abordado perguntam, você é a favor ou é contra aquilo lá. É muito fácil ser contra ou a favor da pílula; o difícil é ser a favor da vida, apesar da pílula. É muito fácil ser a favor ou contra a "Estrada do Colono". O difícil é ser a favor do Parque Nacional do Iguaçu, apesar da "Estrada do Colono". É muito fácil raciocinar em termos de preto e branco. O difícil é alcançar o cinza. É difícil encontrar o pensamento dialético. É difícil trabalhar com mais de duas coordenadas, com mais de duas ou três possibilidades, pois isso, o uso do pensamento dialético, está reservado apenas aos homens inteligentes.

Infelizmente, Sr. Presidente, a decisão da Justiça Federal, ao confirmar o fechamento da "Estrada do Colono", em defesa e preservação do Parque Nacional do Iguaçu, abdicou da inteligência humana e não usou o pensamento dialético.

Em lugar da decisão tomada, para a preservação do Parque, provocada e pressionada por ecologistas de fundo de quintal, ecologistas de biblioteca, do Parque, eu temo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ela não esteja preservando o Parque Nacional do Iguaçu.

Muito pelo contrário, está transformando o Parque Nacional do Iguaçu em inimigo da população do Oeste do Estado do Paraná, pois em nome do Parque eles retiram uma estrada e fecham uma estrada. A onda depredatória do Parque Nacional do Iguaçu, que estava para ser desencadeada em represália ao absurdo fechamento da estrada de meio século de existência, na época foi contida pelas lideranças locais e pelas lideranças políticas daquela região, baseadas na esperança de que a Justiça Federal usaria da inteligência no julgamento da ação cível pública, mas o Parque Nacional do Iguaçu precisa hoje mais do que nunca o nosso apoio e o nosso socorro. Nada melhor na vida, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do que ter um bom vizinho e ter um amigo, nada pior na vida do que ter um vizinho inimigo, porque este não o deixará em paz e você talvez tenha até que trocar de moradia.

O mesmo acontece com o Parque Nacional do Iguaçu, que tinha vizinhos amigos, que tinha os agricultores, constantemente, denunciando os depredadores. E esses amigos do Parque Nacional do Iguaçu, pelo absurdo, pela desinteligência de ecologistas, transformaram-se em inimigos e eu não sei se haveremos de conseguir deter a onda depredatória, que, agora sim, encontra nos próprios colonos e moradores o apoio e não a defesa, porque o Parque Nacional do Iguaçu nunca foi protegido pela meia dúzia de guardas florestais ali lotados, mas pela Polícia Federal, pois a cada vez que era denunciado o roubo de palmito, a caça predatória, era a Polícia Federal que era acionada em defesa do Parque e isso pelos moradores daquela região.

Ecologistas, digo eu, deveriam nos ajudar hoje para que possamos olhar para o Parque Nacional do Iguaçu, não como um vizinho inimigo, mas como um vizinho que precisa do nosso amor, que precisa do nosso socorro, do nosso apoio.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Em seguida Deputado. Antes do fechamento da estrada, vândalos depredadores eram facilmente contidos pela Polícia Federal e Florestal, pois eram, como dizia, auxiliados pelas denúncias feitas pelos moradores vizinhos do Parque. Hoje, todo o contingente policial da Polícia Militar não bastaria para

segurar e refrear a onda depredatória que poderá ser desencadeada em revanche aos ecologistas que se dizem amigos do Parque Nacional do Iguaçu. Hoje transformam, isso sim, o Parque Nacional do Iguaçu num inimigo da "Estrada do Colono" e por isso também num inimigo do colono. Eis porque eu temo, não estou aqui a incitar a depredação do Parque Nacional do Iguaçu, estou sim a prevenir, estou sim a apelar aos Senhores Deputados que nos ajudem no apelo que deveremos fazer ao Supremo Tribunal de Recursos para que tal decisão não seja mantida, porque ela será perniciosa, colocará o Parque Nacional do Iguaçu em sérios riscos.

Tem o aparte o nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Gernote Kirinus, nós queremos parabenizá-lo pela sua defesa dessa estrada tão importante para essa região, também muito mais importante para o Paraná e gostaríamos de registrar que um ato da Polícia Federal, emanado da Justiça Federal por si só não vai defender o Parque Nacional do Iguaçu na medida e na forma que ele precisa. Vossa Excelência frisou muito bem, quando diz que o Parque já era defendido pelos vizinhos e por aqueles que gostam do Parque Nacional do Iguaçu. Porque em outra região, nobre Deputado, no Norte do Mato Grosso, está havendo uma degradação muito grande da natureza e não há limites concedendo o fechamento desta ou daquela estrada. Eu acredito que a Polícia Florestal, um órgão responsável por esse tipo de coisa no Brasil, deveria se preocupar muito mais com a depredação da natureza lá no Norte do Brasil e não aqui no Parque Nacional do Iguaçu, fechando uma estrada de vital importância para aquela Região.

Nós parabenizamos Vossa Excelência pela sua defesa em favor da "Estrada do Colono" aqui no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Eu agradeço a Vossa Excelência o apoio que venho recebendo, inclusive do integrante combativo da Bancada do PDT.

Eu continuo, Senhor Presidente, a manifestar o meu temor. O Sr. Osvaldo Cardoso, Presidente de um Movimento Ecológico chamado "MÆE" - não sei mãe do quê -, mas este senhor terá que estar lá, agora, na estrada interditada a fazer a defesa do Parque Nacional do Iguaçu, em vez de ficar aqui em Curitiba fofoqueando e xingando a Justiça para se pronunciar contra a "Estrada do Colono". Além disso, a Estrada do Colono, nos moldes em que foi projetada, uma verdadeira "estrada-parque", seria...

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS - O meu tempo infelizmente está esgotado e eu estou só concluindo o meu raciocínio. Eu teria o prazer de dar o aparte a Vossa Excelência.

Mas - concluindo, Senhor Presidente - a "Estrada do Colono", nos moldes em que estava projetada a "estrada-parque", projetada no Governo José Richa, ainda, seria o fator maior de preservação porque teria o controle com sonorizador, com o passador de animais, com tela de proteção, com um serviço de rádio para comunicação, três postos, inclusive para acompanhar o trânsito que passaria por ali, o que não existe hoje na "Estrada-Parque" que leva às Cataratas do Iguaçu, onde os americanos, os europeus podem passar livremente sem proteção nenhuma, em que os animais estão expostos ao atropelamento constante, o que não aconteceria na "Estrada do Colono", segundo o projeto. Portanto, aos americanos, aos turistas e ao colono brasileiro estão querendo fazê-los inimigos do Parque Nacional do Iguaçu.

Por isso eu concluo, Senhor Presidente, dizendo: Parque Nacional do Iguaçu, ame-o ou feche-o.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Colegas Parlamentares que compõem esta Casa de Leis.

Nesta segunda-feira, dois temas nos trazem como preocupação nesta Casa! Um tema de ordem externa e outro de ordem interna. Quanto ao de ordem externa, queria trazer ao conhecimento desta Casa um manifesto de quarenta e duas entidades, sindicatos, associações e federações do Paraná que publicaram um manifesto dirigido aos universitários e ao povo do Paraná dizendo o seguinte:

"A construção de uma democracia é a obra social que exige esforço consciente em todas as atividades exercidas por cada membro da sociedade. Nesse sentido, não se deve abdicar nem conciliar na defesa dos mais elementares princípios na luta cotidiana contra o autoritarismo e os privilégios.

Assim, aqueles que defendem ou mantêm comportamentos ou princípios antidemocráticos devem ser criticados, mesmo que suas ações sejam produto de decisões ingênuas

ou manipuladas.

A UDR é um exemplo cabal de como é possível mimetizar ou travestir idéias ou princípios reacionários com a cobertura da democracia. Desnudar a hipocrisia de entidades como a UDR é a tarefa de todos aqueles que se comprometem na construção de uma sociedade mais justa, onde o ódio, o arbítrio e a violência sejam superados pela solidariedade.

Nesse sentido, as entidades abaixo assinadas, côncias da responsabilidade histórica de seus papéis na democratização da vida social, manifestam seu desagrado pela escolha do Sr. Ronaldo Caiado como parainfo da turma de Engenheiros Agrônomos de 1987 da Universidade Federal do Paraná. E, mais uma vez, repudiam a possível presença do presidente nacional da UDR nesta Capital.

- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO BRASIL
- ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARANÁ
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
- CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES
- MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM-TERRA DO PARANÁ
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
- DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA PUC/PR.
- DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFPR
- UNIÃO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS
- CENTRO ACADÊMICO DE AGRONOMIA LYCIO VELLOZO
- SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO PARANÁ
- SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARANÁ
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
- SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DO PARANÁ
- FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES DE PESQUISAS DE CURITIBA
- FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ
- UNIÃO GERAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
- FEDERAÇÃO NACIONAL DE ECONOMISTAS
- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CURITIBA
- SINDICATO DOS PETROLEIROS DO PARANÁ E SANTA CATARINA
- COMISSÃO PASTORAL OPERÁRIA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA PETROQUÍMICA DE ARAUCÁRIA
- SINDICATOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PARANÁ

- MOVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE
- ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO ITCF
- ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACARPA
- SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS DO ESTADO DO PARANÁ
- ASSOCIAÇÃO DE BIÓLOGOS DO PARANÁ
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ
- SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA DO PARANÁ
- UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES
- CECOMA - CENTRO COMUNITÁRIO DE MANUTENÇÃO
- MOVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA
- SINDICATO DOS EMPREGADOS DESENHISTAS DO ESTADO DO PARANÁ
- SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO PARANÁ
- CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA
- UNIÃO DE MULHERES DE CURITIBA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE CURITIBA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA METALÚRGICA, MECÂNICA E MATERIAL ELÉTRICO DO PARANÁ.

Estas quarenta e duas entidades, acima relacionadas solicitamos da Mesa que sejam seus nomes transcritos nos Anais desta Casa.

Outro tema que nos preocupa neste dia é uma velha preocupação deste Parlamentar e do Partido dos Trabalhadores desta Casa. E com base em repetitiva insistência que já nos dirigimos à Mesa Executiva desta Casa quando, em fevereiro, no início do nosso mandato, nós requeremos por determinação de uma reunião extraordinária do Diretório Estadual do PT que, no dia 24 de janeiro, deliberou que fosse encaminhado ofício solicitando a listagem completa dos funcionários estatutários, celetistas, em comissão, adidos, cedidos e inativos, bem como seus respectivos dados funcionais - cargos, funções, lotação, carga horária, data da contratação e valores salariais e outras vantagens recebidas.

Cumprindo aquela deliberação, no dia 06 de fevereiro protocolei na Coordenadoria competente desta Casa o Ofício n. 003/87 solicitando os dados acima. O mesmo pedido foi reiterado através de Ofício n. 009/87, de 26 de março de 87, requerendo uma certidão com os mesmos dados. Como não obtive resposta e insistindo na transparência que a Assembléia deve oferecer a toda sociedade, como exemplo da fiscalização de todos os atos públicos que ocorrem neste Estado, estamos apresentando nesta data, através do protocolo anexo e para facilitar, uma relação - precária - dos

funcionários estatutários, em comissão, celetistas, inativos para ser atualizada com as informações necessárias. Certidão na qual deverá constar a atualização da relação fornecida, certamente extraída do Diário Oficial desta Assembléia, bem como a relação de funcionários cedidos ou adidos, os dados funcionais de todos os funcionários, bem como os cargos que ocupam, os salários e vantagens que percebem, a carga horária cumprida, onde estão lotados e a data de sua contratação.

Quanto a esta exigência, certamente se não tivermos a resposta oficial desta Casa, nos obrigaremos a tomar medidas legais cabíveis.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

(Assume a presidência o Sr. Deputado Eduardo Baggio).

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

(MORTE DE GETÚLIO VARGAS)

Dentro do processo de consolidação da transição do governo, que se pretende democrático, muitas foram as crises surgidas. E entre as mais graves diríamos que é exatamente a falta de lideranças que tem levado o país a percorrer os caminhos que hoje segue e que vão desabar sobre as classes trabalhadoras.

A política recessiva de governos anteriores impedem o crescimento da economia. Os interesses da classe dominante imobilizam a tomada de posições.

A ganância do capitalismo mundial, que vê no Brasil a sua "galinha dos ovos de ouro", garroteia a Nação através de uma dívida externa galopante e quase insolúvel.

Instituições falidas, onde a corrupção é oficializada; processo constituinte desmoralizado e dividindo os partidos no interesse deste ou daquele grupo, são reflexos de um retrato que mostra um Brasil sem grandes perspectivas, pelo menos a curto prazo.

O que falta para este quadro, para que este retrato saia do negro e passe a ser colorido?

LIDERANÇAS... líderes legítimos e não impostos é o que falta a este País.

O casamento, feito após revolução não

deu certo e está difícil de se gerar, quero dizer, criar novas lideranças. Lideranças capazes de fortalecer a capacidade de iniciativa do governo.

O Brasil é um verdadeiro elefante. Aqueles que hoje o dirigem não sabem fazer uso de sua força colossal. E o que vemos é uma Nação agoniada e agonizando as chances do seu povo ter um amanhã de luz.

Os grandes líderes não são esquecidos jamais. Aqueles que com suor e sangue pintaram as páginas da História, serão sempre lembrados.

Há trinta e três anos, a morte violenta de um grande líder abalou a Nação brasileira.

No dia 24 de agosto de 1954, suicidava-se no Rio de Janeiro, o Presidente da República Getúlio Vargas. Dele vamos reproduzir o que diz o jornalista Deonilson Roldo, do "O Estado do Paraná", edição de domingo.

"Trinta e três anos depois de deixar a vida para entrar para a História, Getúlio Vargas continua sendo uma das maiores lideranças que o País já teve. Ditador para uns, o "pai dos trabalhadores" foi também um grande nacionalista no campo econômico e político. Tanto que hoje é reverenciado por suas decisões de criação da Petrobrás, do salário-mínimo, da concessão do voto à mulher.

Seu passado autoritário, com a imposição do Estado Novo em 1937, a criação do temido Departamento de Imprensa e Propaganda e à deportação de Olga Benário, mulher do líder comunista Luiz Carlos Prestes, entregue a Hitler, certamente não é lembrado durante as comemorações de mais um aniversário da morte de Getúlio Vargas.

Legendário e populista, Getúlio foi o político que mais tempo permaneceu à frente do Poder no Brasil, governando de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954. Se durante a sua vida a maioria dos Sindicatos de Trabalhadores esteve atrelada ao seu carisma, o mesmo não se pode dizer dos chamados "herdeiros do getulismo", divididos hoje entre seguidores de Leonel Brizola e remanescentes do PTB que não detêm mais o controle do Partido.

O getulismo vive hoje em função do seu passado de glórias e lutas nacionalistas, mas os trabalhadores politizaram-se e agora defendem posições que seriam consideradas esquerdistas demais pelo grande caudilho. Especialmente os operários especializados dos grandes centros como São Paulo e o Rio de Janeiro. Pode-se dizer mesmo que o getulismo está há algum tempo, órfão de seu principal cabo eleitoral? O PTB, que nunca foi o maior partido do país, nem mesmo durante o tempo em que Getúlio Vargas viveu, não sabe se deve fazer do seu fundador o permanente inspirador de suas

ações, ou se parte em busca de um caminho próprio com nova identidade.

Quanto a Brizola, sua opção pelo socialismo constitui uma divisão natural com a pregação de Getúlio Vargas.

Por que suicidou-se Getúlio Vargas? Diz a História que atos de corrupção praticados por pessoas de sua família e de sua confiança, provocaram o gesto extremo do grande estadista.

Será que valeu o sacrifício de Getúlio Vargas? Será que serviu a lição aos governantes brasileiros? Se Getúlio Vargas pudesse ver o Brasil de hoje, certamente compreenderia que seu gesto foi em vão, porque hoje a corrupção saiu das salas do Palácio Presidencial, tomou as ruas, ocupou praticamente todos os gabinetes de todos os poderes constituídos. A honestidade, a integridade que caracterizavam a personalidade do grande líder, hoje são consideradas exceções à regra.

Seus portadores são discriminados e marginalizados, são chamados de idiotas porque a regra geral é prevaricar, é usar o dinheiro público em proveito próprio, porque quem paga é sempre o povo."

Getúlio Vargas, dentro do nosso Partido, o PDT, Partido Democrático Trabalhista, é o líder eterno. Nestas palavras, a nossa homenagem ao grande Líder Getúlio Vargas e a nossa saudade e tristeza pelo falecimento de todos os líderes natos e reais. Nossos cumprimentos e nossos respeitos à Bancada do PDT nesta Casa, herdeiros de Getúlio Vargas. É a homenagem que presta o PDT ao grande Líder Getúlio Vargas, nesta data, dia 24 de agosto de 1987, que representam trinta e três anos do passamento do grande estadista.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, está encerrado o Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de trinta e oito Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antonio Belinati, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Rafael Greca para compor a Comissão Parla-

mentar de Inquérito do Banco Del Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, é para comunicar a esta Casa da presença do nosso companheiro, Vereador de Castro, companheiro Isidoro Guedes, Líder do PDT na Câmara Municipal de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência sente-se honrada com a presença do ilustre Vereador.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto e Lei n. 178/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 93/86), objetivando dar nova redação ao "caput" do artigo 2º e ao artigo 8º, ambos da Lei n. 8.084, de 05.06.85, que estabelece normas para tratamento diferenciado, no campo tributário às microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 370/84, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que cria o Município de Luiziana, com território desmembrado do Município de Campo Mourão e divisas do atual Distrito Administrativo, com sede e foro na localidade de mesmo nome. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 69/87, de autoria do Deputado Alexandre Ceranto, que declara de Utilidade Pública o "Elos Clube de Umuarama", com sede e foro na Cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 95/87, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que dá nova redação ao artigo 3º, da Lei n. 7231/79, alterado pelo artigo 1º, da Lei n. 8.172/85 e pelo artigo 1º da Lei n. 8422/86, conforme específica. (Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul, a doar ao "Lar dos Velhinhos de Rio Azul", a área de terra com 5.280,00m2 (cinco mil duzentos e oitenta metros quadrados). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 126/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 57/87), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava um imóvel com área de 4.140m2, havido pelo Estado conforme transcrição n. 21.402, do Livro 3-N, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 152/87, de autoria da Deputada Vera Agibert, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 253/85, de autoria do Deputado Ivan Gubert, que fixa em 50 (cinquenta) anos completos, o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no Serviço Público Estadual, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. (Public. no DA. n. 105/85, de 08.10.85)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 253/85

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Ivan Gubert, o Plano de Lei em tela objetiva fixar em 50 (cinquenta) anos completos o limite de idade para inscrição em concursos para ingresso no serviço público estadual, vedado, ainda, a qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta do Estado estabelecer idade inferior ao fixado.

O atual limite de idade está previsto no Art. 30, da Lei n. 6174/70, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná, que o fixa em 45 (quarenta e cinco) anos. Ocorre que pela sua natureza de Estatuto, a Lei n. 6174/70 reveste-se da condição de Lei Complementar, que não

pode, conseqüentemente, ser modificada por lei ordinária, caso em que se enquadra o Plano de Lei em anexo.

Para que fique sanada tal incorreção, opinamos no sentido de que o presente Projeto baixe em diligência junto ao setor competente, a fim de que seja reautuado como Projeto de Lei Complementar, após o que será possível de tramitação normal, com o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NESTOR BAPTISTA

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 253/85

P A R E C E R:

Pretende o nobre Deputado Ivan Gubert, através do presente Plano de Lei Complementar, fixar em cinquenta anos o limite de idade para inscrição em concurso público.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que, nos termos em que está proposta a modificação aqui pretendida, a apresentação do presente Plano de Lei visa ampliar o limite de idade, tornando obrigatória a sua manutenção em todos os concursos que doravante sejam promovidos pelos órgãos da administração direta ou indireta, beneficiando, assim, um grande número de pessoas que se encontram em sua capacidade plena de trabalho para contribuir com o desenvolvimento de nosso Estado.

Sendo assim, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por trinta sessões, o Projeto de Lei Complementar n. 253/85. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei Complementar n. 253/85, por trinta sessões.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 67/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Exe-

cutivo a isentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" das taxas de água e energia elétrica, com sede e foro na Comarca de Paranavaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N. 67/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais A.P.A.E., das taxas de energia elétrica e água.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais A.P.A.E., entidade civil, de caráter cultural e filantrópico, com sede e foro na Comarca de Paranavaí, objetiva congregar e solidarizar pessoas de Paranavaí e de outras cidades vizinhas, em torno do ideal da educação das crianças excepcionais.

A sua receita depende exclusivamente da generosidade dos membros e da participação de donativos angariados através dos seus diretores.

Por estas razões, estejam certos os Senhores Deputados que a medida proposta neste Plano de Lei é de justiça e de relevante necessidade, tendo em vista a diminuta parcela financeira que tal pedido representará para o erário público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 67/84

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o Projeto de Lei em pauta objetiva isentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E. - em Paranavaí, das taxas de energia elétrica e água.

Tratando-se de mera autorização legislativa, o Projeto não encontra qualquer óbice de natureza legal ou constitucional que o impeça de continuar sua tramitação normal por esta Casa e, quanto ao seu mérito, deixamos o exame a critério das Comissões especializadas.

Face ao exposto, está em condições de ser aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 08.05.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 67/84

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - A.P.A.E." das taxas de água e energia elétrica. A mencionada entidade tem sede e foro na Comarca de Paranavaí.

A propósito da matéria, a Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional deu parecer FAVORÁVEL ao mesmo, pois, nada encontrou que impedisse a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, no que compete ao mérito por parte desta Comissão de Finanças, temos o mesmo entendimento que a Douta Comissão de Constituição e Justiça. Sendo o nosso parecer igualmente FAVORÁVEL a Aprovação do Projeto de Lei n. 67/84.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por trinta sessões o Projeto de Lei n. 67/84. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n. 67/84, por trinta sessões.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 61/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sunau Ito. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 61/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sunau Ito.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Desde quando desembarcou em Santos, no longínquo ano de 1937, o Senhor Sunau Ito vem contribuindo para o desenvolvimento de nossa economia. Em 1949 iniciou a colonização japonesa em Carlópolis e até hoje

vem prestando trabalhos como orientador pioneiro para o desenvolvimento da agropecuária na região norte-pioneiro de nosso Estado.

Cidadão Benemérito e Cidadão Honorário de Carlópolis, Senhor Sunau Ito integra o rol dos pioneiros que desbravaram e ampliaram a fronteira agrícola do Paraná.

A homenagem que estamos propondo é o justo reconhecimento à sua contribuição para o nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 61/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sunau Ito.

Este Plano de Lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13/09/67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.07.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 72/87, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL BETESDA - ASSAEBE", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 72/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a "Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que por este Projeto pretende-se seja declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE, tem

sua sede provisória na Rua Moacir Postier, n. 530 - bairro Xaxim, nesta Capital. Fundada em 23 de outubro de 1983, tem realizado campanhas entre os associados, para a doação de agasalhos, calçados, conseguindo ajudar desta forma a centenas de famílias carentes.

Com notável dedicação a sua diretoria tem desenvolvido, um importante trabalho.

Outrossim, a aprovação deste Plano de Lei, além de reconhecer esta obra, virá estimular o seu aperfeiçoamento, resultando em maiores benefícios à coletividade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 72/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL BETESDA - ASSAEBE", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental ou constitucional à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 78/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré o lote de terra com área total de 2.425,00m², conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 56, de 27.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 78/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar lote de terreno ao Município de Almirante Tamandaré.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a sanção do governador, conforme o estabelecido no Art. 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição do Estado do Paraná.

A medida proposta consulta plenamente aos interesses da Administração e da coletividade.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 78/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, o lote de terreno, com área de 2.425,00m², localizado naquela localidade, conforme Registro n. 12.923, de 12/01/40, Livro 3-D de transcrições da 1.^a Circunscrição de Registro de Imóveis de Curitiba.

Em relação à parte legal e constitucional do mesmo foi ele devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer favorável.

De conformidade com o artigo 54, do Regimento Interno, que reza da competência desta Comissão, encontramos: "A Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre todos os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização de terras inaproveitadas".

Sendo o caso em questão o de tratar-se de terra inaproveitada pelo Estado, além de ser uma medida justa que beneficiará a comunidade daquele Município, porque nele se construirá a sua sede social e esportiva.

Isto posto, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à Aprovação do Projeto de Lei n. 78/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

LAURO LOBO ALCÂNTARA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 96/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA - A.P.M.I.", com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Public. no DA. n. 63, de 09.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 96/87

PARECER:

Através do Projeto de Lei n. 96/87, o

nobre Deputado Cândido Bastos pretende seja declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância com sede e foro no Município de Guarapuava.

Analisando a referida Proposição conclui-se que a mesma está de acordo com a legislação em vigor, não havendo óbice legal ou constitucional que impeça a normal tramitação da mesma.

Assim sendo, somos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Elizete Terzinha Kmita, ocorrido no Município de Paula Freitas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de saudades pela passagem dos 33º aniversário de falecimento do Senhor Presidente Getúlio Vargas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prof. Faustino Livone, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto e pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Rodrigues dos Santos, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, no Município de Maria Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença neste Plenário, do Prefeito de Matinhos, Senhor Mário Pock, e do Vereador Chiquinho dos Santos. Esta Presidência agradece a presença de ambos neste Plenário.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n. 109/87, 114/87, 130/87 e 131/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a votação em Regime de Urgência da proposta de extinção da aposentadoria de governadores conforme Mensagem n. 38/87, do Executivo e, a ime-

diata discussão e votação da Mensagem n. 58/87, que propõe a intervenção no município de Mallet. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de saudades pela passagem dos 11º aniversário de falecimento do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Evangelina Wendling Vargas, ocorrido no dia 21 de agosto do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 311/85, de sua autoria que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Jesuítas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 163/87, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Jesuítas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Delegado Geral da Polícia Civil do Estado, encarecendo o fornecimento de quatro pneus e uma bateria nova para ser usada na viatura policial de marca Brasília, ano 82, placa CE 9241, de prefixo 97-J, do Município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a liberação de materiais para complementação das obras da 3ª Companhia do 8º BPM do Município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a recuperação da Escola Estadual Costa Monteiro - Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo, no Município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação,

encarecendo a criação de curso de 2º Grau na localidade de Barra Grande, Município de Itapejara D'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando moção de apoio ao Projeto Universidade Popular do Trabalho, da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Ordem dos Advogados do Município de Ponta Grossa e à Universidade Estadual do mesmo Município, pela realização do I Congresso dos Advogados do Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, através da Secretaria da Agricultura, encarecendo que sejam lotados mais técnicos no escritório da ACARPA, do Município de Telêmaco Borba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito municipal de Ortigueira, encarecendo melhoria e conservação das estradas do Município do mesmo nome. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, encarecendo a agilização no funcionamento do Hospital Unidade Mista do Setor Norte do Município e Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do I.P.E., por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a construção de residências populares, para o funcionalismo público estadual do município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo estadualização das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - C.N.E.C. - no Município de Marialva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Fotógrafo". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone comunitário na localidade de Juruqui, no Município de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional, pleiteando a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Quitandinha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a reintegração dos alunos no curso de formação de soldados da P.M. do Estado que foram excluídos após três meses de atividades. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga os Municípios de Quitandinha a Contenda, passando pelo Município de Catanduvas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada na "Tribuna Agrícola", Suplemento Rural do Jornal Tribuna, do Município de Apucarana, intitulada "A vida e o trabalho dos índios Kaingangs". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a recuperação na cancha de esportes da Escola Estadual "Dirce de Aguiar Maia", no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente aos Senhores Presidente do ITCF e Delegado Estadual do IBDF, manifestado repúdio pelo corte de madeira, que vem ocorrendo na divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina, mais exatamente nos Municípios de Guaratuba e Garuva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos

Anais desta Casa, do depoimento do Senhor João Alberto Einecke, preso por sua ideologia ser contrária ao regime então vigente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo o controle do Governo Federal sobre as taxas de juros cobradas pela rede bancária e pelas financeiras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Paraná, expressando apoio à manifestação realizada em favor da duplicação da BR-116. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, pela passagem dos 60º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à população do Município de Assis Chateaubriand, pela passagem do 21º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o registro nos Anais desta Casa, da passagem de mais um aniversário da morte do estadista brasileiro Getúlio Dorneles Vargas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a intervenção do mesmo junto à SANEPAR, para a instalação de um Pólo Regional no Município de Chopinzinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a instalação de uma agência do referido banco no Município de Chopinzinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando urgente votação do Projeto de Lei nº 27/87, que transforma a Associação dos Técnicos Agrícolas do Para-

ná em entidade de Utilidade Pública. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos profissionais de Corretagem de Imóveis pela passagem do "Dia do Corretor de Imóveis". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Maçons pela passagem do "Dia do Maçom". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de louvor, à tenista paranaense Gisele Miró, pela conquista da Medalha de Ouro, nos X Jogos Pan-Americanos, realizados em Indianapolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, pela vitória alcançada na 50ª Corrida do Facho, realizada na Semana do Exército. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Santo Antônio da Platina, pela passagem do aniversário de emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a participação dos biólogos e geógrafos na seleção de pessoal para compor o cadastro de reserva no cargo de Técnico de Nível Superior do ITCF. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Companhia de Financiamento da produção do Ministério da Agricultura, expressando apoio às reivindicações da Federação das Cooperativas de Transporte de Cargas da Região Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Indústria e Comércio e da Justiça, viabilizando a obrigatoriedade das indústrias no atendimento com peças e acessórios aos consumidores de produtos que venham deixar de ser fabricados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a instalação de uma agência do referido estabelecimento no Município de Santo Antônio do Sudoeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência ou posto avançado do referido banco, no Município de Pranchita. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Doutor Paulo Munhoz da Rocha, pela assunção ao cargo de Presidente da RFFSA. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Delegado Chefe do Departamento de Polícia Civil, encarecendo a criação da Delegacia Regional do Município de Cianorte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Chefe do Departamento de Polícia Civil, encarecendo a criação da Delegacia Regional no Município de Cidade Gaúcha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado para que viabilize a nomeação dos professores que foram aprovados em concurso público para o magistério, no ano de 1985. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, para que viabilize a construção de um trevo na PR-281, que liga os Municípios de Francisco Beltrão a Capanema, no local onde recebe o tráfego da PR-182, da ligação com o Município de Capitão Leônidas Marques. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo que o mesmo interceda junto à SANEPAR, para que seja procedida a perfuração de um poço artesiano na localidade de São Francisco, no Município de Chopinzinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo informações sobre qual o programa de aplicação das verbas provenientes do Convênio MEC/BIRD, para os exercícios de 1984, 1985, 1986 e 1987. Em votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa irá proceder à verificação de Votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere o seu pedido e fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (José Afonso Júnior) - Termina de proceder à leitura da chamada nominal dos Senhores Deputados.

Senhor Presidente, trinta e cinco Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendo que é um pedido de informações dos mais importantes que mexe exatamente com a educação e diz respeito a um problema bastante polêmico na cidade, que é o Instituto Politécnico Estadual. Gostaria, então, que Vossa Excelência solicitasse ao 1º Secretário que fizesse a leitura deste requerimento porque tenho a impressão até de que muitos Parlamentares estão votando contrariamente só porque é um pedido de informações, sem saber exatamente o seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que leia na íntegra o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (José Afonso Júnior) - "REQUERIMENTO: Requer pedido de informações ao Senhor Secretário de Estado da Educação. REQUERENTE: Deputado Algaci

Túlio".

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia Legislativa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Senhor Secretário de Estado da Educação do seguinte pedido de informações. A Secretaria de Educação mantém convênio com o MEC- BIRD, há 4 anos, com a finalidade de equipar o Instituto Politécnico Estadual localizado em Curitiba. Com base em resposta recebida do titular desta Secretaria, dando conta que a falta de recursos poderá determinar a transferência do Instituto para o CEFET, para melhores esclarecimentos, indagamos:

1) Qual o programa de aplicação das verbas provenientes do convênio MEC-BIRD para o exercício de 1984, 1985, 1986 e 1987;

2) Foi feita a prestação de contas da aplicação de tais verbas durante os exercícios já mencionados;

Sala das Sessões, 18.08.87.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) - (Assentimento).

Senhor Presidente, com relação ao Instituto Politécnico Estadual, levantaram-se várias dúvidas principalmente com a possibilidade do Governo do Estado transferi-lo do CEFET.

A comunidade do Boqueirão, como de resto de toda região metropolitana de Curitiba, está também mobilizada e tem feito constantes reuniões solicitando a manutenção do Instituto Politécnico Estadual em nome do Governo do Estado do Paraná; porque foi uma obra construída com o dinheiro do povo de Curitiba e do Paraná, e entendem que não é direito, não é legal, se transferir o Instituto para o Governo Federal. E sabe-se que muitas verbas foram destinadas ao Instituto Politécnico Estadual. Verbas do Projeto MEC-BIRD, e é sobre estas que a comunidade tem dúvidas onde é que elas foram aplicadas. E este já é o meu segundo pedido de informações nesse sentido. Procuramos saber onde é que foram implantadas essas verbas.

Faço isso não em meu nome, Senhor Presidente, mas faço isso em nome da comunidade que tem se reunido constantemente. Na última semana, ainda, o próprio Deputado Raul Lopes, que também em nome do Governo do Estado do Paraná lá esteve, representando os Senhores Parlamentares da bancada do PMDB, expressou o interesse do Governo do Estado, evidentemente, em achar uma melhor solução para o problema do Instituto. E não posso entender, agora, como um pedido de informações pode ser recusado pela Bancada do PMDB, majoritária nesta Casa, quando é de sumo interesse, e também da educação no Estado do Paraná e principal-

mente desta cidade.

Lamento se este meu pedido de informações vier a ser recusado, será uma atitude deplorável até certo ponto imperdoável da bancada PMDB, que me parece não quer jogar às claras com o povo da cidade. Por isso, encareço ao Líder do PMDB, companheiro Nestor Baptista, que consulte o nobre Parlamentar Raul Lopes que lá esteve na semana passada, que sinta na verdade a preocupação do povo, da comunidade, com relação a essa transferência do Instituto para o CEFET.

É um assunto importante, como importante é também o Projeto PIC, criado na Cidade Industrial de Curitiba em época de campanha e que até hoje não funciona e por cujo imóvel se paga um alto preço de aluguel, para um estabelecimento que não funciona. A preocupação deste parlamentar é tão somente a de ter os esclarecimentos para poder criticar ou apoiar as futuras medidas que serão tomadas pelo Governo do Estado.

Espero, com isto, estar colaborando com a administração do Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Oito Deputados aprovam, dezenove rejeitam. REJEITADO.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a isenção do pagamento de taxa de transferência de imóvel de um mutuário a outro. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) - Gostaria de conhecer o teor do requerimento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Já é matéria vencida Vossa Excelência, e aprovada.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Então peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Seis Senhores Deputados aprovam o requerimento. Vinte e um Rejeitam.

Está REJEITADO o Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Este Parlamentar também lamenta a medida tomada por Vossa Excelência que antes já havia colocada a matéria em votação e com a aprovação por parte da Bancada do PMDB. Em segunda votação, a Bancada mudou de opinião. Fica o protesto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência esclarece que ainda não havia iniciado a votação de outra proposição, razão pela qual o Deputado Nestor Baptista solicitou, de acordo com o artigo 176- das Votações Simbólicas - após proclamado pelo Presidente o seu resultado. Qualquer Deputado que tenha participado de uma tal votação, poderá pedir a verificação de votação.

O Deputado baseou-se no artigo 176. Está esclarecido, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É evidente que a Mesa, às vezes, é passível de erro.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo publicado no "Jornal da Tarde", de São Paulo, sob o título "Coronel Chileno Foge dos Estados Unidos da América". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Senhor ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro para que o mesmo participe de debate com os Parlamentares desta Casa sobre o tema "Desenvolvimento Econômico e Dívida Externa". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de saudades ao inesquecível Presidente Getúlio Dornelles Vargas, pela passagem do 33º aniversário de seu passamento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de um novo prédio que possa abrigar a 10ª Delegacia Regional de Polícia, no Município de Jacarezinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhorita Gisele Miró, ganhadora de Medalha de Ouro na modalidade de Tênis nos X

Jogos Pan-Americanos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo que a Comissão de Constituição e Justiça, antecedendo a apreciação do parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 53/87, ouça o representante da Associação dos Professores do Paraná quanto à justificativa e necessidade das mesmas. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente.

Esta Casa deixou na semana passada a análise da Mensagem Governamental, um dos processos mais importantes para a classe dos professores do Estado do Paraná, já que ela visa criar o regime diferenciado do trabalho.

Várias emendas foram apresentadas ao mesmo por inúmeros Parlamentares, mas todas tendo origem na Associação dos Professores do Paraná, que aqui se fizeram presentes na semana passada. Pode até causar estranheza a alguns dos Senhores Deputados que a APP venha reivindicar a inclusão de novos dispositivos dentro do Projeto, considerando que diz a Mensagem Governamental, dizendo que esta entidade auxiliou na elaboração do Projeto.

Todavia, há que se esclarecer que, conforme fomos informados pelo Presidente da APP, em reunião realizada na Sala das Comissões, e para a qual foram convidados todos os Senhores Deputados, sendo que apenas alguns compareceram e no Partido do Governo lá estava o Deputado Nilton Barbosa. Na reunião, esclareceu o Presidente da APP que quando o anteprojeto foi submetido à Associação, a luta para se conseguir o que contém o mesmo foi grande e muita coisa até ficou de fora. Na ocasião, decidiu-se que os pormenores, objeto das emendas apresentadas, ficariam para a ocasião da tramitação do processo por esta Casa. Aprovava-se o essencial e deixava-se o complementar. Assim é que, para decidir, a Comissão de Constituição e Justiça deverá ter, no nosso entendimento, conhecimento de causa, pelo que então apresentamos, inclusive, atendendo a solicitação da própria APP, o requerimento que ora se discute. Porque naquela própria reunião que houve na semana passada, constatou-se que em determinado momento todos nós Parlamentares entendíamos até que algumas emendas eram inconstitucionais e depois, analisando com mais cautela, entendíamos que não

eram.

Por isso, a preocupação deste Parlamentar e da Associação dos Professores, é de que, numa análise superficial a Comissão possa até entendê-las assim, como emendas inconstitucionais, razão pela qual, no entendimento de alguns Deputados, seria por demais interessante que a Comissão ouvisse e isto não custa nada, pois estamos num regime democrático neste País, e o PMDB que procura evidentemente dar uma demonstração de uma política transparente, não vejo porque não possa aceitar uma audiência, momentos antes da reunião da Comissão, ou até mesmo durante a própria reunião da Comissão, de uma ouvida do Presidente da APP.

Acho uma atitude assim que só vem fortalecer este Parlamento, dar luzes aos debates nesta Casa, razão pela qual encareço ao PMDB que vote favorável a este requerimento.

O SR. NILTON BARBOSA - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de esclarecer a esta Casa a nossa participação na reunião com os Senhores Professores, na semana passada, quando lá esteve o Deputado que nos antecedeu, Deputado Algaci Túlio, juntamente com os Deputados Alexandre Ceranto e Basílio Zanusso.

Quando da última hora, fomos convidados a participar de tal reunião, causou-nos estranheza que o próprio Presidente da APP, Professor Paulo Maia, quando por nós indagado sobre a discussão do referido anteprojeto de lei, concordando com os demais professores que participavam da reunião conosco, afirmava que este anteprojeto havia sido discutido com a equipe do Governo Álvaro Dias antes do seu encaminhamento para esta Casa. Continuando a indagação, perguntei-lhe o porquê então, se o referido projeto havia sido discutido com a equipe do Governador Álvaro Dias antes do seu encaminhamento, quando houve concordância da Associação dos Professores, porque então a inserção das emendas naquela sessão.

O professor Paulo Maia dizia que, evidentemente tinham concordado e assumido sua postura referente ao anteprojeto, mas estavam aguardando a sua chegada nesta Casa, para que aqui eles pudessem emendá-lo. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nada mais justo do que pedir ao Deputado Algaci Túlio, à Comissão de Justiça e de Educação, para ouvir ou não os

professores. Não nos cabe, creio eu, a discussão, se para isso existe a devida Comissão que se pede que seja ouvida.

Da nossa parte, gostaria de dizer de que ouvimos a reivindicação dos professores que sempre estivemos ao seu lado e isso nos trouxe na última campanha o apoio da maioria dos professores da nossa região.

Não podemos aceitar de maneira alguma é que alguns Parlamentares que participam dessas reuniões falem com a verdade, porque os próprios professores assumem que o anteprojeto foi discutido com o Senhor Governador e sua equipe e que hoje querem emendá-lo.

O Governador Álvaro Dias discutiu e mandou o projeto e nós vamos analisá-lo na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação, Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. **REJEITADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo pedido de informações sobre o Centro de Convenções. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Sr.

Presidente, este requerimento também tem a sua necessidade e devido valor, visto que na semana passada a imprensa do Paraná divulgou notícias sobre o assunto, fazendo até algumas cobranças do Governador Álvaro Dias com referência ao Centro de Convenções adquirido pelo Governo passado, e entendemos que muita coisa errada aconteceu nos últimos quatro anos do Governo no Estado do Paraná.

E algumas dúvidas foram levantadas, não por este Parlamentar, mas pela própria imprensa, e isto está caracterizado em matéria de jornais na semana passada, inclusive com relação ao valor pago pelo estabelecimento onde será construído o Centro de Convenções.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encareço mais uma vez que a democracia transparente do PMDB se preocupe com o assunto, porque amanhã ou depois esta mesma bancada não poderá cobrar se Sua Excelência o Governador Álvaro Dias vier a público e dizer que o Centro de Convenções foi mais um negócio feito pelo Governo do José Richa ou pelo Governo do João Elísio. Os senhores não terão moral para criticar. Por isso, peço que este pedido de informações seja acatado por esta Casa, para o bem deste Estado e também, mais uma vez, quer este Parlamentar dar o apoio ao trabalho feito até aqui pelo Governador Álvaro

ro Dias.

Queremos as coisas claras, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É preciso, mais uma vez, que se esclareça corretamente de que forma foi feito este negócio com o Centro de Convenções, até onde é interessante para nosso Estado e a maneira com que foi concretizada, pois a imprensa publicou, na semana passada, repito mais uma vez, deu ênfase à maneira como foi feita a transação, referindo-se ao valor que foi pago. E é por isso que este Parlamentar pede à bancada do PMDB, se vontade tiver, amanhã ou depois, de cobrar do ex-Governador José Richa, como se está cobrando o escândalo do Banco Del Paraná e outros, que também vote favorável a este requerimento, possibilitando assim maiores esclarecimentos a respeito desta transação.

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que peça ao Primeiro Secretário para que leia o meu pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário para que faça a leitura do requerimento do Deputado Algaci Túlio.

(É feita a leitura do requerimento)

Continua em discussão.

Encerrada. Em votação. - Rejeitado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Gostaria de registrar nos Anais da Casa a presença do ex-Presidente da PARANATUR, ex-Diretor da EMBRATUR, Dr. Julião Pimentel, que muito nos honra com a sua presença aqui, e que era e foi, até estes dias, o nosso grande defensor do Paraná em Brasília, inclusive para se conseguir recursos para a construção do Salão de Convenções em Foz do Iguaçu, que se faz muito necessário.

Por isso, a nossa satisfação em tê-lo conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nove Srs. Deputados aprovam o requerimento; onze Srs. Deputados rejeitam. Não há quórum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 370/84, 69, 95, 126 e 152/87.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 61, 72, 78 e 96/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1987.

"DEPOIMENTO SOBRE A PRISÃO POLÍTICA
EM 1975, DE
JOÃO ALBERTO EINECKE

Londrina, 11 de setembro de 1975, 3 horas e 20 minutos. Acordo dez minutos antes do relógio despertar o que vem ocorrendo com frequência. No trajeto da minha residência ao local de trabalho, faço uma análise de minha situação. As preocupações são tantas que não sei qual a mais séria. Antes de sair de casa, minha esposa me alertava para o fato de meus filhos reclamarem a falta de carne, o jeito é pedir dinheiro emprestado, pois o vale é só daqui a três dias. Pelo menos isso tinha solução, o problema maior era a notícia que tínhamos tido sobre as prisões em São Paulo e no Rio de Janeiro, de pessoas acusadas de pertencerem ao PCB. Como se não bastassem as quedas das gráficas no Rio e na capital paulista, o jornal "Estado de São Paulo" noticiava a prisão de Pereira Cristino, que estivera no Paraná e se reunira com vários militantes e simpatizantes do PCB, também tínhamos a certeza que a ditadura já matara oito ou dez membros do Comitê Central do PCB.

Os capangas do general Geisel não estão brincando em serviço. Fugir, nem pensar, com toda a certeza me pegariam na primeira "esquina", aliás era o que eles mais gostavam de fazer, pegar os opositores do regime em fuga. Essas operações de caça aos comunistas com toda certeza iriam longe, pois já atingiram o Estado da Bahia, do Rio e São Paulo. Os jornais muito pouco publicavam, pois estavam sob censura férrea.

Três horas e cinquenta minutos, chego ao meu local de trabalho e inicio as vendas de passagem; trabalho até as 12:00 horas. O problema da compra de carne para os meus filhos fora resolvido, emprestara 20 cruzeiros do Antônio Burgo para pagar no dia do vale. Uma hora. Almoço e vou dormir um pouco. Três horas, acordo e vou dar banho nos meus filhos. Ao abrir a janela do meu quarto, vejo três carros "veraneio oliva" repletas de uns elementos mal enca-

rados passando em frente a minha casa, muito lentamente. Deixo as crianças no quarto e saio pelos fundos, correndo, atravesso o quintal do vizinho e vou para o centro da cidade com a intenção de encontrar alguém, não encontro ninguém conhecido. Volto para casa as crianças estão nuas, me esperando para serem trocadas de roupas.

Cinco e meia, batem na porta, vou atender, ao tempo em que abro a porta sinto que a casa está sendo invadida pelos fundos. Com violência incrível sou agarrado e jogado ao chão. Percebo que são uns dez elementos, todos armados, alguns com metralhadoras; e aos gritos sou arrastado para fora de casa, sou jogado no assoalho da "veraneio oliva", ainda ouço meu filho dizer: "não levem meu pai". Deitado no chão do carro com os pés de um dos "brutamontes" sobre minha cabeça, de quando em quando sou chutado por um deles. Presumo que o carro está parando, sou tirado do veículo e levado para uma sala onde está uma pessoa sentada atrás de uma escrivaninha, o qual me diz:

- "Você sabe por que está sendo preso?"

- "Não sei", disse.

- "Filho da puta, não vai querer nos enrolar, você é comunista e é por isso que está preso, agora você tem duas opções aqui: falar ou não falar, escolha".

- "Não tenho nada a falar", retruquei.

Sou levado para perto de uma escada e aos berros me tiram a calça e as algemas, amarram as mãos com uma corda, forçam-me a ficar de joelhos e um deles ordena:

- "Tragam o ponche para este puto". O outro empurra para perto de mim um vasilhame que consiste na parte de um tambor de gasolina, cheio de urina e fezes, em seguida mergulham a minha cabeça nessa vasilha com violência terrível.

- "Você vai falar ou não seu índio vagabundo?"

- "Não tenho nada a falar", respondi.

Sou levado para um alojamento onde me submetem ao tal do "pau de arara" (uma posição horrível, onde os meus joelhos encostam no queixo, tendo as pernas e os braços entrelaçados por um cano levantado do chão). Fico como se fosse um frango no espeto e em seguida começam a me dar choque por todo o corpo, principalmente no ouvido, cabeça, pênis, sola dos pés, etc...

Um deles encosta o fio nessas partes, o outro movimenta a manivela de caixa retangular à qual eles dão o nome de "maricota", fico uma hora nesse suplício. Quando um deles falou:

- "Quem são os demais comunistas de Londrina?"

- "Não sei", disse eu.

- "Índio desgraçado, já temos vários

comunistas safados como você presos, e todos eles te conhecem".

Voltei a afirmar: "não sei de nada".

- "Levem esse puto para uma ducha".

A tal ducha parecia uma mangueira de bombeiro de onde saiam jatos fortíssimos de água. Quando esses jatos me acertavam no peito, faziam com que eu caísse ao chão em cima de uns cascalhos. Cansado, termino por ficar deitado no chão, sempre recebendo jatos d'água. A cabeça parece que vai explodir. Para fugir desse martírio, fico em posição fetal, quando sou arrastado para uma cela. Ao atravessar o pátio do prédio, noto que estou num quartel. Na cela sou jogado em cima de um colchão. Sinto muito frio. Estou nu e algemado. Aí fico por algumas horas. Termino adormecendo, quando acordo sinto uma coisa pegajosa em meu rosto. Passo as mãos algemadas pela cabeça, noto que estou empapado de sangue. Estou tendo uma hemorragia pelo nariz. Abrem a cela acendem a luz e saem. Retornam em seguida acompanhado de um homem de branco. Esse ordena que me levem para uma sala. Sou levado no colo como se fosse uma criança. Vejo o sangue pingar no chão. Me colocam em um sofá e aplicam uma injeção. Após a aplicação da injeção, adormeço. Quando acordo estou rodeado dos elementos que me torturavam. Todos eles riam:

- "Como é, vai falar agora?"

- "Não vou falar nada. Vocês são uns monstros e covardes."

Um deles me dá um violento tapa no rosto. O outro, por trás de mim, dá tapas nos ouvidos com as mãos em forma de conchas ("telefone"). Trazem as minhas calças e me vestem. Estou fraco, quando ando começo a ter tonturas. Sou conduzido ao alojamento onde eu sofrera o "pau de arara". Aí sou algemado em um ferro pregado na parede. Sou deixado por várias horas; novamente sou levado para o carro e colocado no chão do veículo com um cobertor em cima de mim. A dor na cabeça aumenta minuto a minuto; não sei para onde estou sendo levado e nem que dia é hoje, calculo que é domingo. Estou perdendo a noção do tempo, devo ter viajado umas seis horas sempre deitado no chão do veículo. Chegando ao destino sou retirado e levado para uma sala onde várias pessoas, quase todas usando barbas, me dizem:

- "É esse o valentão? Para nós não existem homens valentes. Qual é o teu codinome do partido?"

- "João", disse eu.

- "Não é isso que queremos saber, seu veado."

- "Einecke", reafirmei.

- "Esse puto está querendo brincar conosco."

Novamente me tiram as algemas e me amarram as mãos para trás com uma corda e

me colocam no meio deles. Começam a me dar tapas e cuteladas com os dedos nos meus rins, socos na cabeça. Caio várias vezes ao chão, sou levantado pelos cabelos para ser novamente espancado. Devo ter ficado meia hora nessa situação e aos gritos eles diziam: "Vai falar, vai falar"; e eu nada respondia. Levam-me para uma cela de madeira, amarram-me um cano, esse pregado à parede, ficando de tal maneira que não podia sentar, deitar ou ficar em pé. Minutos depois, trazem café com leite e pão com carne (há três dias não me alimentava). Tomo o café mas em seguida vomito. (Sou observado por um dos carrascos).

- "Você está feio".

Nisso entra uma mulher de feição nipônica, me tira a pressão e me dá umas pílulas, as quais eu coloco embaixo da língua.

Quando ela se retira, cuspo as pílulas fora. Fico sabendo que tem mais gente presa neste local, alguns da minha cidade, outros de Curitiba e Paranaguá. Também tomo conhecimento que todas essas pessoas são acusadas de pertencerem ao PCB e que estamos em Curitiba. Todas elas afirmam que estão sendo torturadas e que ali era um quartel da Polícia do Exército na praça Rui Barbosa, em Curitiba. Nesse quartel permaneço mais ou menos nove dias sem ser molestado ou interrogado. Alguma coisa me dizia que o pior estava para vir. A minha preocupação era a notícia dada pelos verdugos que o Dr. Flávio estava preso em Rio Branco, no Acre e estavam trazendo o mesmo para cá e ao mesmo tempo mencionavam alguma coisa que só eu e o Flávio sabíamos.

O Dr. Flávio Ribeiro, advogado em Londrina, membro do PCB desde 1930, passara por várias prisões, mas ultimamente em Londrina andava muito nervoso. Um mês antes de eu ser preso ele estivera comigo e dissera que estava indo para o Acre e afirmava que provavelmente nós cairíamos de uma hora para outra e ao mesmo tempo passara todos os contatos para mim, o que aumenta mais a minha responsabilidade. Minha preocupação aumenta quando vi um companheiro preso que só o Flávio Ribeiro e eu sabíamos da sua existência como militante do PCB. Francisco Luiz de França, acusado de ser o secretário-geral do PCB no Paraná, estava preso e sofrendo horrores assim como Nilton Abel de Lima, vereador e autêntico líder entre os Ensacadores de Paranaguá. Eujacio de Almeida, preso em sua casa (seqüestrado) quando se recuperava de uma doença na bexiga, andava com dificuldade devido ao inchaço nessa região, mesmo assim ele não escapou das ameaças e humilhações. Dias depois estourou a bomba. Flávio Ribeiro estava preso no quartel. Sou levado à presença do velho militante, o mesmo fizera um estrago imenso, entregara todos os membros do partido e até mesmo

os simpatizantes. Pude notar que o velho advogado estava totalmente desestruturado, falando alto, com suas mãos magras, sem algemas e sobre a mesa um organograma do partido com nome de pessoas e ao lado uma lista de mais de 100 pessoas. O velho comunista falando e às vezes rindo dizia

- "Sou um gênio, entreguei tudo, faça como eu faço."

Os torturadores tiravam o máximo proveito da triste situação desse pobre homem. Os torturadores se voltaram para mim e disseram:

- "Agora você não tem saída, bilheteiro". Me chamavam assim pelo fato de eu vender passagem na rodoviária. Respondia a ele que não iria confirmar o que o Dr. Flávio estava dizendo.

Sou levado para outro aposento, onde me tiram as calças e iniciam o ritual de forrar as pernas e braços com tiras de pano úmidas. Trouxeram outros presos para assistir ao espetáculo, entre os quais o vereador de Londrina, Geneci de Souza Guimarães, o operário Nicanor Gonçalves e mais três pessoas que eu não conhecia. No pau de arara me submeteram a mais terrível e degradante tortura que se possa praticar em ser humano, introduziram no ânus um pedaço de ferro e aplicaram vários choques, meus intestinos parecia que iam sair pela boca, ânsia de vômitos; e quando fui colocado ao chão, fui acometido de fortes tremores pelo corpo todo. Levado para a cela, quase não podendo caminhar, deixam-me sobre um colchão sentindo dores por todo o corpo, as minhas pernas começavam a inchar, assim como os órgãos genitais e até a língua, devido aos choques.

Fico três dias nessa cela sem ser tocado. Como minha mãe dizia, "desgraça pouca é bobagem".

Fico sabendo que tinham seqüestrado em São Paulo a quem eles mais queriam. O Newton Cândido, funcionário do PCB, com curso de capacitação na União Soviética e ex-motorista de Luiz Carlos Prestes, quando estava ainda no Brasil. Cândido é o que chamamos de "boa praça", sempre alegre, capaz e ponderado. Agora ele estava preso e as conseqüências estavam ali ao lado, as celas repletas de pessoas acusadas de pertencerem ao PCB.

Levado à presença do Dr. Flávio Ribeiro, este completamente louco, sorria a todo instante, sempre dizendo:

- "Sou um gênio, sou um gênio."

Agora, ele inventava reuniões e citava nomes de pessoas que só existiam em sua imaginação. O pior era que os torturadores acreditavam nesse farrapo humano ou fingiam acreditar. Os verdugos queriam que eu confirmasse as tais reuniões e desse os endereços dessas pessoas. Eu dizia que tudo aquilo era um absurdo e que eu não iria

confirmar tais loucuras. Iniciam o espancamento ali mesmo, e aos gritos eles diziam:

- "Se um homem do quilate do Dr. Flávio Ribeiro estava falando, por que eu, um índio de bosta como era, ficava dando trabalho?"

Já não estava mais agüentando de tantas dores. Novamente sou colocado no pau de arara e mais choques e palmatória nas solas dos pés. Fiquei mais de uma hora nesse suplício, quando sou tirado desse martírio, não conseguia mais ficar em pé, tremores voltavam a tomar conta do meu corpo. Newton Cândido amarrado em uma cama, com os braços e pernas queimados por cigarros e totalmente arrasado, fazendo que os carrascos quisessem, não só abrir todo o partido do Paraná, como o de Santa Catarina. Notava-se certo ar de vitória nos semblantes dos torturadores. Eles tinham pressa, pois logo estariam prendendo os militantes do Estado catarinense. O relógio da história mostrou que o primeiro tempo nos era desfavorável.

Levado para a cela, sentia febre e não conseguia me levantar.

Nesse período, colocam em minha cela um funcionário da empresa em que eu trabalhava (Júlio Costa Bonfim), igualmente preso, o qual me relatou o que se passou em Londrina e principalmente em minha casa. Disse-me ele:

- "João, oito dias após seu seqüestro, encontrei sua esposa. Ela, completamente desesperada, disse que não sabia onde estava você, que ela tivera sido presa no quartel da Polícia Militar de Londrina, onde recebera ameaças de ficar sem os dois filhos, algemaram-na. E como você deve saber, ela estava grávida, completou julho e disse-me mais, que após detenção, ao chegar em casa ela abortou a criança. Sua casa fora invadida duas vezes, as gavetas e portas dos armários foram arrebatadas, assim como os colchões e os travesseiros da sua cama foram totalmente rasgados, as latas de mantimentos foram esvaziadas e misturadas, não sendo possível os alimentos serem aproveitados e ela e os filhos já estavam passando necessidades. Ouvia tudo isso e negava-me a acreditar. Infelizmente cinquenta dias depois, na primeira visita de minha esposa, eu já na penitenciária, teria tudo confirmado por ela.

Vem buscar-me para ser interrogado, frente a frente o coronel Valdir Coelho, chefe da Operação Marumbi digo a eles:

- "Não se iludam, vocês não vão segurar a roda da história, ainda haverá o segundo tempo e espero que vocês estejam vivos para o segundo embate." E assim dei início ao meu depoimento.

DATA - 30 de outubro de 1975. Tanto sofrimento, tanta resistência para terminar em

um depoimento.

DATA - 24 de janeiro de 1978. Saía da Prisão Provisória do Ahú, sem saber que minha maior luta seria para a sobrevivência minha e de meus filhos, e hoje, 1987, carregando o estigma de comunista, continuo a luta enfrentando todas as barreiras do preconceito ideológico para a sobrevivência.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1987.

A VIDA E O TRABALHO DOS ÍNDIOS KAINGANGS.

ORTIGUEIRA

"Como Vivem os Índios Kaingangs.

As tribos indígenas do Brasil viviam basicamente da pesca, caça, e cultivo de pequenas lavouras, com o passar dos anos ficaram restritas às chamadas reservas indígenas da Funai - Fundação Nacional do Índio, que não lhe propiciam caça ou pesca, daí a solução para a sobrevivência é o cultivo de culturas de milho, arroz e feijão, mas sempre de maneira comunitária. Em Ortigueira, no Posto Indígena Queimadas, 1.415 alqueires, 230 indígenas da tribo Kaingangs, trabalham constantemente em suas lavouras comunitárias, onde os recursos em parte são do governo e outros de financiamentos bancários, que com a colheita são devolvidos após a venda da produção agrícola. Na reserva as lavouras são orientadas por agrônomos e técnicos agrícolas da Acarpa, durante o período de plantio até a colheita, a produção do ano passado de feijão foi estimada em 3.804 quilos e milho em torno de 6.000 mil sacas, por sua vez, o arroz devido a estiaagem prolongada na região rendeu somente 300 sacas.

Segundo o chefe do Posto da Funai, Imélio Antônio Fantin, os índios preservam ainda tradições de cultivo agrícola, que foram herdados de seus antepassados, apesar de antigos em muitos casos eficientes. O trabalho comunitário é a principal força deste povo que somente pela união conseguiu sobreviver, o que devido a sua humildade consideraram uma vitória.

VIDA DO ÍNDIO

As 32 famílias são divididas cada uma em suas casas, onde cultivam hortas no fundo de quintal, frutas cítricas, maçãs e outras frutas, seus filhos estudam em uma escola primária implantada dentro da reserva. Existe também uma disciplina executada pela Funai juntamente com o cacique (representante maior dentro da tribo),

sendo uma das exigências o não consumo de bebidas alcóolicas além de arruaças em geral.

Em época de plantio ou colheita, em virtude das lavouras, estarem distante da sede da reserva, os índios costumam levar toda a família, pertences importantes, e fazem um rancho de sapé como eles dizem "paol", ficando em períodos de 2 a 3 meses desta maneira. A alimentação vem da caça de pequenos animais e pesca além de consumo de milho, este fato segundo alguns indígenas, fazem lembrar através das histórias contadas durante a noite em volta de fogueiras, dos tempos em que não precisavam ficar restritos a áreas pequenas. A lembrança da caça abundante dos rios fartos de peixes bem como a livre escolha de ir onde os instintos mandassem, torna-se constante aos índios neste período.

Através de estudos práticos ministrados por agrônomos, os índios aprenderam a fazer correção de solo, adubação orgânica e química, colheita mecanizada e outras técnicas. A vida de um modo geral é calma, apesar de uma insatisfação inerente nos semblantes deles, que se sentem amarrados pelo progresso da civilização, mas como eles chamam do homem branco.

TRABALHO DA FUNAI

Segundo a Funai, a reserva possui quatro funcionários, sendo o administrador, professora, auxiliar para serviços gerais e tratorista, juntamente como apoio técnico de agrônomos da Acarpa. O posto conta também com 26 cabeças de gado que fornecem leite a população indígena, para o cultivo das lavouras mecanizadas estão à disposição dos índios, tratores, arados, roçadeiras, plantadeiras e descascador de arroz e outros implementos agrícolas.

Estão sendo construídas novas casas para as famílias que ainda moram em ranchos de sapé, com eletrificação, propiciando uma vida melhor para os indígenas. Brevemente, segundo o chefe do Posto, Imélio Fantin, serão implantado açudes com produção de peixes, onde cada índio poderá pescar a vontade.

A área de abrangência do Posto da Funai, salientou ele, esta demarcada para que não aconteçam problemas futuros com produtores ou posseiros da região. Lembrou ele, que as tradições são incentivadas pela Funai, algumas delas são artesanato, sistema de agricultura comunitária, disciplina familiar, tribal e outros. "Muitos fazem artesanatos como balaios, tapetes, utensílios domésticos em geral, além de tradicionais arco e flecha que são vendidos nas proximidades da estrada da Serra do Cadeado.

Concluiu que a agricultura comunitária, onde todos trabalham e repartem sua

produção, é uma cultura que vem sustentando materialmente os Postos da Funai além dos recursos do Governo, porque os excedentes da produção são comercializados, trazendo sustento financeiro para as famílias indígenas.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 1987.

"Coronel Chileno Foge dos EUA"

Jornal da Tarde

José Antônio Pedriali

"O Coronel reformado do Exército chileno, Sérgio Arredondo, que integrava a delegação de seu país nos Jogos Pan-Americanos de Indianópolis, competindo na equipe de adestramento eqüestre, abandonou repentinamente os Estados Unidos e chegou discretamente em Santiago na manhã de domingo e, desde então, não pôde ser mais localizado. O motivo da saída apressada do coronel - ou seja batida em retirada, na linguagem militar - foi o acolhimento pela corte marcial do Estado de Indiana de uma acusação contra ele de "delito qualificado e morte com sofrimento", do jornalista e advogado chileno Carlos Berger, fulizado há quase 14 anos.

A acusação foi feita pela viúva do jornalista, Carmen, e por sua mãe, Dora Guraldi, que além desse crime, responsabilizam o coronel por sua participação no massacre de cerca de 70 opositores políticos, ocorrido em outubro de 1973, um mês depois do golpe de estado. Pela suposta participação do coronel nesse massacre - até hoje não esclarecido devido à anistia concedida em 1979 - ele foi acusado junto à Corte Federal de Indiana de "crime contra a humanidade". A corte o havia citado para se apresentar amanhã, mas ele conseguiu se esquivar e deixar os EUA antes de receber a notificação.

O Comitê Olímpico chileno não explicou por que o ex-coronel saiu antes do término dos Jogos Pan-Americanos, mas seu presidente, Juan Carlos Esguep, garantiu que ele já participara das provas nas quais estava inscrito. E aí surge outro mistério: nenhum dos jornalistas que estão em Indianópolis conseguiu descobrir em qual prova - ou em quais provas - o militar competiu ou competiria, pois seu nome não constava das listas oficiais.

A saída antecipada do ex-coronel foi o segundo incidente envolvendo a delegação chilena. O primeiro foi a negativa dos Estados Unidos em conceder visto de entrada a Francisco Zuniga.

Ex-oficial da Polícia Militar e mais tarde da Polícia Secreta e que responde a processo por agredir jornalistas e popula-

res durante as manifestações de protesto contra o governo, em 83 - além de ser suspeito de outros crimes.

O Departamento de Estado Norte-americano permitiu a entrada de Sérgio Arredondo porque, ao contrário de Zuniga, ele não está sendo processado no Chile, devido à Lei de Anistia. Quando adido militar em Brasília, Arredondo tornou-se companheiro habitual do general João Figueiredo em suas cavalgadas e, já afastado da carreira militar, passou a gerenciar a sucursal, em São Paulo, de uma importante estatal Chilena.

Logo após o golpe de estado, ele inte-

grou uma comitiva militar que esteve em quatro cidades do norte chileno - Calama, Capiapó, La Serena e Antofagasta -, comitiva responsabilizada pelo fuzilamento de 69 opositores políticos. Todos esses opositores estavam detidos - parte esperando o julgamento, parte já setenciada a penas leves - quando foram arrancados da prisão e fuzilados durante a noite. O advogado e jornalista Carlos Berger cumpria pena de dois meses de prisão por não ter acatado a determinação militar de suspender, no dia do golpe de estado, as transmissões da emissora de rádio dirigida por ele.